

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Rosana - SP

THAÍS BASSICHETTO BERATA

**REGISTRO FOTOGRÁFICO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:
a contribuição do registro visual para o inventário turístico do patrimônio
industrial de Campinas (SP)**

ROSANA

2021

THAÍS BASSICHETTO BERATA

REGISTRO FOTOGRÁFICO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:

a contribuição do registro visual para o inventário turístico do patrimônio industrial de
Campinas (SP)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo do Campus Experimental de Rosana, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Prof. Dr./Me. Eduardo de Romero Oliveira

Rosana

2021

B483r Berata, Thais Bassichetto
Registro Fotográfico e Patrimônio Industrial : a contribuição do registro visual para o inventário turístico do patrimônio industrial de Campinas (SP) / Thais Bassichetto Berata. -- Rosana, 2022
79 p. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Engenharia e Ciências, Rosana
Orientadora: Eduardo Romero de Oliveira

1. Patrimônio Ferroviário. 2. Inventário Turístico. 3. Campinas. 4. Turismo Cultural. 5. Patrimônio Industrial. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Engenharia e Ciências, Rosana. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

THAÍS BASSICHETTO BERATA

REGISTRO FOTOGRÁFICO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:

a contribuição do registro visual para o inventário turístico do patrimônio industrial de
Campinas (SP)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Turismo do Campus Experimental
de Rosana, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Bacharel
em Turismo.

Rosana, 07/02/2022

Componentes da Banca Examinadora:

Eduardo Romero de Oliveira, graduação em História da UNESP, mestrado em História Social
na USP, doutorado em filosofia na USP.

Presidente e Orientador: Nome e título, Campus de ..., Universidade ...

Samir Hernandes Tenório Gomes, graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UEL –
Universidade Estadual de Londrina, mestrado em Ciência da Informação pela UNESP, e doutorado
em Arquitetura e Urbanismo pela USP e Pós-Doutorado pela UEL.

Membro Titular: Nome e título, Campus de ..., Universidade ...

Ewerton Henrique de Moraes. Graduação em Turismo na UNESP, mestrado em Arquitetura e
Urbanismo na UNESP.

Membro Titular: Nome e título, Campus de ..., Universidade ...

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso (TCC) aos meus pais e irmãos que sempre me apoiaram e me incentivaram a estar onde eu gostaria de estar. Homenageio diante a este trabalho de conclusão de curso originado de um estudo de 2 longos anos e meio às mulheres da minha família. Mulheres que sempre trabalharam, lutaram e ainda lutam para obter suas próprias conquistas e méritos. Aprendi a ser forte, independentemente de qualquer situação, sempre me dedicar e lidar com os problemas das melhores formas possíveis. Acredito que hoje posso estar entregando meu trabalho sabendo que foi devido a minha força de vontade. E eu sei que essa força de vontade foi desencadeada de muita admiração de todas as mulheres da minha família.

Dedico também ao meu professor de fotografia, Renato Riani. Professor que se dedicou ao máximo para passar todo o seu conhecimento para seus alunos. E eu o utilizei da melhor forma que eu pude. Unindo uma das minhas paixões que é a fotografia, com a minha profissão. O turismo.

AGRADECIMENTOS

Há dezenas de pessoas as quais eu gostaria de escrever agradecendo a companhia aos longos desses quatro anos de faculdade. Primeiramente, preciso agradecer aos meus pais e irmãos por sempre estarem ao meu lado, me apoiarem durante todo esse período. Sem vocês eu não seria nada.

Agradecer as minhas amigas Larissa, Carol, Nicole, Thainan, Stella, Rebeca por estarem comigo mesmo a distância como companhia em todos os momentos, sendo eles difíceis ou não. Agradecer as minhas novas amigas que se tornaram irmãs, Joice, Gabi (Ham), Madrinha (Ana), Sarinha, Emille, Julinha e muitas outras. Amigas que riram, beberam, surtaram em finais de semestre, choraram comigo durante os quatro anos dessa experiência maravilhosa que é a faculdade. Agradecer ao meu Prof. Orientador Eduardo Romero de Oliveira, por acreditar que eu seria capaz de realizar essa pesquisa com dedicação, amor e responsabilidade e FAPESP por me dar a oportunidade de realizar essa pesquisa através do processo de 2018/22340-5. Muito obrigado professor por me acompanhar, me orientar, me aconselhar em todo esse período doido que é a faculdade. O senhor foi excepcional para o meu conhecimento e experiência ao longo do curso. Agradeço a todos os outros professores que eu pude contar, professora Roberta, professora Renata, professor Fernando, professora Ivanir e tantos outros. Muito obrigado a todos por tudo!!

Aos profissionais da área técnica e administrativa, Bruno e Valdir, obrigado por serem as pessoas mais proativas com os alunos da Unesp do campus de Rosana. Sem o apoio de vocês, sem a ajuda de vocês, nós alunos, não seríamos nada Kkk.

Aos meus outros novos amigos, Jean, Paulo, Mabily, Ana, Gustavo e mais tantos outros. Agradeço a vocês por estarem presente na parte mais difícil que foi a faculdade, durante a pandemia. Vocês foram demais. Fizeram os dias difíceis se tornarem melhores.

Agradeço ao Ramon, meu namorado, por tanto. Não tenho palavras para descrever o quanto você fez e ainda faz por mim. Será sempre meu melhor amigo e namorado. Do fundo do meu coração, muito obrigado!! Te amo.

Obrigado a todos por fazerem parte da minha evolução e de uma das melhores fases da minha vida.

EPIGRAFE

“Sem a cultura, e a liberdade relativa que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva. É por isso que toda a criação autêntica é um dom para o futuro” (ALBERT CAMUS).

RESUMO

RESUMO: A presente pesquisa teve como objeto de estudo os edifícios industriais situados na cidade de Campinas (SP). Bens protegidos em âmbito estadual pelo Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT) e teve como objetivo principal a contribuição do registro visual para o inventário turístico do patrimônio industrial de Campinas. Como objetivos específicos se teve: identificar como se emprega o registro visual em atividades de inventariação patrimonial que incidiram sobre bens industriais e ferroviários em Campinas; identificar também a importância atribuída pelos técnicos de turismo nas atividades de inventário turístico; sistematizar se há e quais são as principais características do registro visual na identificação do patrimônio cultural industrial; sistematizar se há e quais são as principais características do registro visual no inventário turístico; e comparar e analisar a contribuição do registro visual nas atividades de inventários arquitetônico e inventários turísticos por meio dos processos de tombamento e o acervo da secretaria de São Paulo. Como metodologia da pesquisa foi estudado como foi empregado o uso do registro visual dos bens ferroviários, posteriormente consultado os processos de tombamento para identificação das características das imagens produzidas dos bens ferroviários e dos inventários turísticos. Foram feitas entrevistas com os técnicos e mais adiante ocorreu-se a classificação estabelecida sobre as imagens baseada nas suas devidas técnicas. Como resultado dessa pesquisa, esperou-se identificar as técnicas e ferramentas visuais que auxiliam e que poderiam vir a auxiliar na inventariação patrimonial e turística da cidade de Campinas – SP.

Palavras – chave: Patrimônio Ferroviário; Inventário Turístico; Campinas; Turismo cultural; Patrimônio Industrial.

ABSTRACT

ABSTRACT: The present research had as object of study the industrial buildings located in the city of Campinas (SP). Assets protected at the state level by the Council of Historical, Artistic, Archaeological and Tourist Heritage (CONDEPHAAT) and had as main objective the contribution of the visual record to the tourist inventory of the industrial heritage of Campinas. The specific objectives were: to identify how visual registration is used in patrimonial inventory activities that focused on industrial and rail goods in Campinas; also identify the importance attributed by tourism technicians in tourism inventory activities; systematize whether there are and what are the main characteristics of the visual record in the identification of industrial cultural heritage; systematize whether there are and what are the main characteristics of the visual record in the tourist inventory; and to compare and analyze the contribution of the visual record in the activities of architectural inventory and tourist inventory through the registration processes and the collection of the São Paulo secretariat. As the research methodology, it was studied how the use of the visual record of railway goods was used, later consulting the tipping processes to identify the characteristics of the images produced from railway goods and tourist inventories. Interviews were conducted with the technicians and later there was the classification established on the images based on their proper techniques. As a result of this research, it was expected to identify the visual techniques and tools that help and that could help in the patrimonial and tourist inventory of the city of Campinas - SP.

Keywords: Railway Heritage; Touristic Inventory; Campinas; Cultural Tourism; Industrial Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Desenho gravado com ouro. Altar lateral da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo (Diamantina/MG).....	32
Figura 2: Revestimento da fachada principal e posterior da Escola Classe.....	51
Figura 3: Cinema de Brasília.....	51
Figura 4: Página 33 do processo de tombamento do Antigo Armazém da Fazenda Santa Genebra.....	53
Figura 5: Escola de Cadetes, Campinas.	55
Figura 6: Complexo Ferroviário FEPASA.....	57
Figura 7: Palácio dos azulejos.....	58
Figura 8: Armazém da Antiga Estação Ferroviária de Campinas localizado dentro do Complexo Ferroviário Central da FEPASA.	59

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

CONDEPACC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas;

INVTUR – Projeto de Oferta Turística;

PMF – Projeto Memória Ferroviária;

COMBRATUR – Companhia Brasileira de Turismo;

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo;

OMT – Organização Mundial de Turismo;

MT – Ministério do Turismo;

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo;

INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados;

INCEU – Inventário de Configurações de Espaços Urbanos;

IPCE – Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu;

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural;

CREA-SP – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo;

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage;

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo;

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul.

OMT-OEA/CICATUR – Organização dos Estados Americanos;

CSPC – Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural;

CEDOC – Centro de Documentação;

DECON – Departamento de Comunicação;

MIS – Museu da Imagem e do Som;

SISTUR – Sistema de Gerenciamento do Turismo;

PRESERFE – Ministério dos Transportes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ARQUITETURA, INVENTÁRIO E REGISTRO VISUAL	20
1.1 INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO	20
1.2 INVENTÁRIO TURÍSTICO	23
1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL	25
1.4 PROCESSO DE TOMBAMENTO	27
1.5 ARQUITETURA FERROVIÁRIA E REGISTRO VISUAL	29
1.6 INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO E REGISTRO VISUAL	31
1.7 INVENTÁRIO TURÍSTICO E REGISTRO VISUAL	34
2 COLETA DE CAMPO	36
2.1 ENTREVISTAS	37
2.1.1 Técnicos do Condepacc	37
2.1.2 Responsáveis pelas atividades realizadas na Secretaria de Turismo de Campinas	39
2.2 SINTETIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO	42
2.3 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS	48
3. INTERPRETAÇÕES FINAIS	48
3.1. IDENTIFICAÇÃO	48
3.2. SISTEMATIZAÇÃO	52
3.3 COMPARAÇÃO E ANÁLISE	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

De acordo com Chiavenato (1987), o planejamento é um modelo teórico para a ação futura, ou seja, planejar um registro visual funciona como uma ferramenta de preservação da memória. É também um planejamento híbrido, pois ele pode ser tanto positivo, quanto negativo, que ocorre normalmente quando há uma regulação não adequada, má administração, ausência na área de fomentação das atividades e desenvolvimentos de usos alternativos. Nesse caso, é importante relatar a análise e a observação diante de um inventário com uma grande diversidade de questões levantadas que são adequadas ao planejamento turístico, objetivando adquirir respostas referente ao espaço de pesquisa, e às instalações ao seu redor.

A inventariação de um bem deve se apresentar adaptável às condições de cada município. Um trabalho realizado com harmonia entre o ambiente e o pesquisador torna a relação de conhecimento técnico com os relatos históricos da comunidade. Duas ações para um mesmo objetivo (Inventário da Oferta Turística, 2011 p.21). Considerando que os relatos dos artesãos, gestores de meios de hospedagem, de alimentação e taxistas, guias e agentes de turismo, prefeitos e vereadores, líderes comunitários e dirigentes de associações, doceiras e comerciantes, professores e alunos, floristas e engraxates, servidores públicos e da iniciativa privada e assim por diante auxiliam aos pesquisadores na coleta de informações para construção de um inventário de forma a melhorar o desenvolvimento turístico na cidade como metodologia.

O inventário auxilia na identificação dos bens culturais como expresso por Preissler (2010, p.21). Pode-se dizer que a construção técnica de um inventário para a identificação dos bens culturais, industriais ou arquitetônicos faz parte de um trabalho coletivo. A atividade de registrar os bens culturais poderia ser um recurso relevante neste trabalho de inventário, pois o espaço, paisagem e tempo de cada bem ou edifício registrado está relacionado ao contexto histórico e arquitetônico. O registro visual tem distintas valorizações às diversas formas de seu uso, sendo assim promove a melhor visibilidade em determinados aspectos.

As vilas hoje estudadas como bens culturais, industriais e históricos desenvolveram-se a partir da exploração do café quando entrou em grande desenvolvimento por volta de 1870, fazendo com que Campinas iniciasse em torno de 1850 a 1900 a sua urbanização e grande dinamização de sua estrutura, como a ferrovia e outros diversos serviços. Essa instalação proporciona a urbanização e industrialização por meio das atividades comerciais. Com o

crescimento industrial, a cidade foi se tornando cada vez mais urbana. Assim ocasionando uma segregação onde foram construindo vilas distantes das vias ferroviárias, preferindo então pelas vias de rápido trajeto (ANDREOTTI, 2015, p. 34).

No território que hoje corresponde ao município de Campinas, Pereira (1967), Semeghini (1991) e Suzigan (2000), concordam que por volta de 1920 sua industrialização era voltada à economia agroexportadora, e seu trabalho era carregar equipamentos de agricultura e itens de suma necessidade. Posteriormente constitui-se um pequeno trajeto de transporte ferroviário, que contribui para o aumento de empregos assalariados, e para escoamento da produção cafeeira. Desde então, com um surto da industrialização, iniciou-se a independência dos dois setores, causando a ruptura da ligação de exportação e industrialização. Com o rompimento dessa ligação na década de 1929 e 1933 ocorreu uma mudança onde o setor exportador passou a ser menos importante que o setor ligado ao mercado interno (ANDREOTTI, 2015, p.31).

Negri (1996) diz que a partir disso, no ano de 1956 o investimento no setor produtivo no campo do transporte e da energia aumentou, consolidando a expansão industrial brasileira e sua concentração em São Paulo, e, nos anos 1970 ocorre um processo de desconcentração industrial e interiorização da indústria. Em 1990, o Brasil recebe um grande fluxo industrial vinda das transformações dentro da gestão das décadas anteriores e da crise econômica dos anos 1980. Entretanto, inovações tecnológicas organizadas na época da crise foram impostas da década de 1990 quando o Brasil se recuperava parcialmente.

É então a partir desta época que se evidencia áreas industriais ou edificações abandonadas, como a Indústria Chapéus Cury, a Vila Ferroviária e a Indústria Swift, consideradas hoje como áreas disponíveis ao empreendimento imobiliário, sem dar valor a sua memória. De acordo com Andreotti (2015), diante disso, surge as primeiras preocupações com artefatos industriais entendidos como testemunho relevante do passado, sendo eles o campo de valorização e de conservação, crescendo e se envolvendo com diversos grupos que se importavam com o marco da memória e do tempo que cada bem pudesse representar para a Cidade de Campinas.

Campinas é uma cidade que possui muitos bens industriais tombados com uma forte história cultural para a comunidade e sociedade campineira. Esses bens contribuem para a análise, a comparação e a identificação de registros visuais usando técnicas de formas diferentes que serão estudadas neste trabalho. Os bens de Campinas podem ser utilizados para estudos como arqueologia, arquitetura, inventário e planejamento turístico. Sendo eles de caráter industrial podem-se trabalhar o importante uso do registro auxiliando no inventário e na

manutenção e conservação do bem por meio de órgãos institucionais. A Swift acabou sofrendo por conta de seu desfecho e o declínio em atividades industriais, sendo ignorada nos processos de uso e reuso de forma que até o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC se ausentou. Hoje em dia os lotes expostos em Campinas não possuem nenhum tipo de proteção, correndo o risco de desaparecer. Portanto, percebe-se que o uso do registro visual nesse caso usado como exemplo auxiliaria no inventário para melhor interesse do órgão institucional para a proteção dele.

Andreotti expõe a clara importância do resgate destes vestígios, uma vez que, mesmo aqueles que possuem proteção de tombamento, se encontram pressionados e desvalorizados pelas novas formas de ocupação da cidade. Além disso, sem o devido conhecimento, podem ser perdidos nesse processo testemunhos fundamentais, materiais e imateriais, que colaboraram para gestão e compreensão do período de industrialização da cidade (2015, p.185). A fim de verificar o uso do registro visual para inventariação do patrimônio cultural industrial, e, como se pode se tornar recurso para o planejamento turístico, foi questionado: para que e por que o uso do registro visual? Será que o registro visual é valorizado? Se sim, por quem? Sendo ele valorizado por alguém, ele é utilizado? De que forma? Como tratá-los corretamente num inventário turístico, particularmente, através do registro visual?

Estas são algumas das questões que foram colocadas à frente para esse objeto de pesquisa, que se buscou responder no decorrer de seu desenvolvimento. Com base no objetivo geral visou estudar como o **registro visual foi utilizado no inventário do patrimônio histórico-arquitetônico e no inventário turístico** do município de Campinas, com foco particular nos bens industriais e ferroviários. Este propósito tentou verificar a importância do registro no inventário do patrimônio cultural industrial, de modo a contribuir para a valorização do bem industrial, tanto na identificação quanto apropriação para reuso. Ao mesmo tempo, propôs verificar a importância do registro visual no inventário turístico, cujo aprimoramento do instrumento poderia contribuir para um melhor planejamento turístico.¹

De modo mais específico, primeiramente, buscou-se identificar como se emprega o registro visual em atividades de inventariação patrimonial que incidiram sobre os bens industriais e ferroviários em Campinas, assim como identificar a importância atribuída pelos técnicos de turismo nas atividades de inventário turístico. Por segundo, foram sistematizadas as seguintes questões: se **há** e **quais** foram as principais características do registro visual na

¹ Este trabalho é derivado de pesquisa de Iniciação Científica relativo ao processo FAPESP nº 2018/23340-5, para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

identificação do patrimônio cultural industrial, e do inventário turístico. Por fim, os registros visuais levantados dos processos de tombamento dos bens industriais da cidade de Campinas e do acervo de imagens da Secretária de São Paulo foram **analisados** e **comparados** nas atividades de inventários arquitetônicos e inventário turístico.

A Fotografia documental como registro visual de respectivos inventários, não é somente usada para documentar. Há técnicas que se usam para a diferenciação delas. Um historiador ou arquiteto que utiliza do registro visual para inventariar ou documentar algum espaço, dispõem de elementos de composição que não se encontram em qualquer imagem, assim dificultando a utilização de tais para outra atividade. Perceptivelmente que no decorrer da pesquisa se localiza registros visuais para fins propagandísticos (avulsos como cartão postal ou inseridos na imprensa local), que não são o foco deste trabalho, mas que auxiliará em uma análise comparativa para entender a utilização das técnicas. Fazendo uma contribuição para a percepção de quais ferramentas são necessárias para a construção de um registro visual como recurso complementar, como por exemplo para atividades turísticas. Em se tratando do turismo, o registro visual como recurso complementar na inventariação turística não é uma técnica utilizada, como se pode observar nos inventários do INVTUR. Contudo, o estudo poderá demonstrar que a contribuição do registro visual como uma técnica de aplicação, será uma forma de aperfeiçoamento para o planejamento e para a promoção turística. Como também contribuirá como técnica para o registro dos vestígios industriais da cidade de Campinas, uma vez que esses estão inseridos em um contexto dinâmico.

Portanto, o estudo do registro visual a qual pretendo realizar contribuirá não apenas ao planejamento do turismo, mas também no processo de estudo e gestão que devem ser propostos e elaborados pelos órgãos patrimoniais para o desenvolvimento e aprimoramento dos inventários. Além de que é uma prática aparentemente não usual neste meio. Essa atividade poderá auxiliar na interpretação dos turistas diante o espaço estudado e na paisagem. Sendo temas abrangentes e com pesquisas em desenvolvimento relacionadas às falhas de gestão e/ou foco nas estações ferroviárias dentro do projeto vinculado ao pMF do Laboratório de Patrimônio Cultural/UNESP, que conta com o apoio da FAPESP (2018/22340-5).

Inicialmente, para o melhor entendimento na linha de estudo apresentada, foi realizado um levantamento bibliográfico em bases eletrônicas das bibliotecas da UNESP, UNICAMP, USP, relacionado aos temas de Patrimônio Ferroviário; Inventário Turístico; Campinas; Turismo Cultural; Patrimônio Industrial. Foi também consultada outras bases de dados já

produzidas pela equipe do Laboratório de Patrimônio Cultural, do qual este projeto faz parte, e encontra-se disponível em site eletrônico.²

Para a implantação dos objetivos propostos por esta pesquisa, do ponto de vista metodológico, primeiramente estudou-se como foi empregado o registro visual nas atividades de inventariação arquitetônica dos bens industriais e ferroviários em Campinas, a partir da realização de um levantamento documental e teórico. Para isso, num primeiro procedimento, foi consultado os processos de tombamentos municipais do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) – se necessário, a consulta no próprio órgão de proteção. Em primeiro lugar, atentou-se para a existência e uso das fotografias nos mesmos, listando inclusive o número delas em cada processo. Por segundo, foi identificado as características visuais das imagens produzidas como técnicas, enquadramentos, iluminação etc. Para o qual iremos nos fundamentar em textos de fotografia de arquitetura baseadas em Neves (2016). Outro procedimento, ainda junto ao mesmo órgão, foi as entrevistas realizadas aos técnicos responsáveis pelo inventário, a fim de determinar o propósito específico de cada vistoria técnica e como foram feitos os registros visuais deles. O roteiro de perguntas procurou detalhar se há e qual a quantidade de imagens, os elementos de interesse a se registrarem, e quais preocupações técnicas foram tomadas - pautado por órgãos, legislação de proteção ou outras diretrizes técnicas. Buscou-se por meio das entrevistas dos técnicos, elementos coerentes quanto ao uso das fotografias e ferramentas que possam ser utilizadas para a produção dos registros implantados nos inventários arquitetônicos.

Além disso, as entrevistas consistiram na identificação da importância atribuída pelos técnicos da secretaria de turismo nas atividades de inventário turístico. Para uma primeira conduta, foi consultado o plano diretor de turismo e o inventário turístico da cidade, a fim de verificar a existência e uso das fotografias no mesmo, realizando em conjunto sua quantificação, e se houve a identificação de suas características visuais nas imagens confeccionadas, por meio de técnicas fotográficas. Como segunda conduta, realizou-se processos similares a etapa anterior, ou seja, a aplicação de entrevistas com os técnicos responsáveis pelo inventário. Esperando informações relevantes do processo de produção de um registro visual de finalidade promocional do turismo por meio documental e o questionamento da não utilização dessa atividade de aprimoramento dentro dos inventários turísticos.

Um outro método, em função dos resultados obtidos por meio dos dados coletados nas etapas anteriores, foi a sintetização dos documentos para identificar se há e quais são as

² https://www.zotero.org/groups/2133326/biblioteca_memoria_feroviaria/items?

principais características do registro visual nos inventários arquitetônicos relativos ao patrimônio industrial protegidos utilizando foco, luminosidade, entre outros. Estabelecendo classificações sobre as imagens baseadas nas técnicas visuais e objetivos. Nesse sentido, trabalhou-se com recursos de planificação no software Excel para tabulação e sistematização dos dados coletados. Como o inventário turístico será fundamentado numa mesma sistemática: se há e quais são suas características; também se utilizou a mesma técnica acima descrita sobre o inventário arquitetônico. Soluciona-se então por meio da tabulação, a análise das diferenças técnicas existentes entre ambos os inventários.

Como última conduta, foi realizado uma análise comparativa desses, a fim de averiguar como esses têm contribuído para a preservação patrimonial. Primeiramente, observou-se a relação dos registros de cada inventário baseando-se nos diferentes recursos utilizados pelos técnicos. Após relacionar: visualizou-se quais características de foco, luz, profundidade de campo e elementos que constituem a imagem pode-se modificar de um registro para o outro. De tal maneira, esperou-se obter como resultado nessa pesquisa, a identificação das técnicas e ferramentas visuais que auxiliam e que podem vir a auxiliar no processo de inventariação patrimonial e turística da cidade de Campinas – SP. Para que então, fosse possível obter uma maior valorização perante os registros visuais para as atividades patrimoniais e turísticas.

Nos capítulos a seguir, serão feitas as contextualizações das leituras realizadas com base nos temas de interesse para a pesquisa, sendo eles: inventário arquitetônico; inventário turístico; patrimônio cultural e industrial; e processo de tombamento. Entre as leituras realizadas, também foram feitas a identificação da relação dos aspectos contextualizados com a ferramenta de registro visual, sendo eles: a arquitetura ferroviária e o registro visual; inventário arquitetônico e registro visual; e inventário turístico e registro visual. Posteriormente foram expostas as entrevistas com os técnicos do Condepacc e da Secretaria de Turismo de Campinas, o fichamento dos processos de tombamento, e a ficha de identificação (elaboração própria) com a inserção das fotografias dos inventários arquitetônico e turístico que foram realizadas ao longo da pesquisa.

1. ARQUITETURA, INVENTÁRIO E REGISTRO VISUAL

1.1 INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO

A constituição do campo de preservação do patrimônio do século XVIII no quadro da construção dos Estados Nacionais originou-se os inventários. Seu surgimento deu-se para a produção de um novo estudo, utilizando da coleta de dados e sistematização de informações seguindo a padronização de essenciais elementos de estudo para a análise e classificação. Assim podendo ser considerado instrumento de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. No Brasil, as primeiras atividades de inventariação objetivando a preservação de um bem foi em 1972 com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais da Bahia, pela lei nº 2.032. Contudo, não se obteve muito sucesso e avanço das atividades, pois a falta de amparo constitucional prejudicou tais iniciativas. Todavia, com o passar dos anos, de acordo com a constitucionalização, o “Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, ART. 216, § 1º, *apud* MOTA; REZENDE, [s.d.]). Assim, os inventários além de se tornarem instrumentos de proteção de bens, segundo a 24ª Reunião da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes da Assembleia Nacional Constituinte foi proposto que os inventários funcionassem como um novo instrumento de proteção complementar ao tombamento (SPHAN, 1987, p. 8 – 9 *apud* MOTA; REZENDE, [s.d.]).

Sendo assim, no início de 2000, criou-se o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) e o Inventário de Configurações de Espaços Urbanos (INCEU). Eles se concentram na inventariação de sítios tombados. Entretanto, são aprimoramentos relevantes a serem utilizados para outros bens levando em consideração características de proteção.

O inventário é utilizado para a investigação de detalhes que possa contribuir como instrumento ao processo de tombamento. Ele possui diversos efeitos qualitativos para suas atividades, como citado pelo arquiteto e urbanista Paulo Ormindo Azevedo: “a possibilidade de divulgação ao público; o conhecimento sistemático e aprofundado do patrimônio edificado; o caráter legitimador de valores culturais não reconhecido oficialmente” (1998; pp. 71-72 *apud* LUCKOW, s.d.) entre outros. Diante uma nova perspectiva sobre o instrumento de

inventariação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) explica que:

O inventário é uma das atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural [...] toda a medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural depende do conhecimento dos acervos existentes (IEPHA, 2012 *apud* CAMPOS, [s.d.]).

Assim, pode-se entender que o inventário é utilizado para que possamos acompanhar o desenvolvimento do bem de forma a conhecer as suas necessidades de preservação. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG (2012 *apud* CAMPOS, [s.d.]) caracteriza então de forma complementar o inventário como uma ferramenta para:

a identificação das características, particularidades, histórico e relevância cultural, objetivando a proteção dos bens culturais materiais, públicos ou privados, adotando-se, para a sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, **arquitetônica**, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros (grifo nosso).

Essa identificação citada pela ALMG, segundo Marcos Paulo de Souza Miranda é um elemento que se trabalha/trabalharia dentro da ferramenta (inventário), sendo ela:

[...] fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. (MIRANDA, 2008 *apud* CAMPOS, [s.d.]).

Essa ficha pode ser utilizada como ferramenta de cadastramento e inserida dentro da metodologia aplicada para o processo de inventariação. Assim sendo utilizada como forma de recopilação das informações e conseqüentemente, organizadas.

Atualmente têm aparecido ferramentas auxiliares aos inventários, principalmente relacionado à informatização dos dados. Mais do que as possibilidades de disponibilização dos dados através da internet, permite a utilização destes para pesquisas na área. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permitem o mapeamento e cruzamento das informações. Possibilitando a criação de mapas temáticos, gráficos e tabelas com os dados. A transformação das fichas em banco de dados informatizados também permite a realização de diversas pesquisas (LUCKOW, s.d).

Compreendemos assim, que é feito um levantamento com as principais características de um bem para que por meio disto seja elaborada uma ficha que identifique em qual âmbito de proteção histórica ele pode identificar. Tais características são prioritariamente observadas através de um olhar arquitetônico para que possa trabalhar com questões temporais do bem patrimonial. A Fundación de los Ferrocarriles Españoles (FFE - FUNDACIÓN DE LOS FERROCARRILES ESPAÑOLES, 2016) acredita que o inventário sirva para “contribuir a la

realización de um censo global y son la fase previa que sirve para localizar, identificar y describir los elementos pertenecientes al sector que se estudia”.

Perante o modelo de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu (IPCE) - um dos primeiros que se utilizou e ainda utiliza-se servindo como modelo para a criação de vários outros inventários brasileiros. Dentre a diversidade de modelos que foi-se criando, Maria Tarcila Guedes identificou três categorias para o inventário, tentando assim dar uma atividade específica para cada tipo de inventário. Dessas três categorias, há dois em específico que se pode considerar de maior relevância para este estudo, como:

O [...] inventário de proteção – que consistem em reunir os elementos suficientes e necessários que permitam identificar com a precisão os bens e valores que devem ser salvaguardados, e inventários científicos – que consistem em recolher, buscar e agrupar todas as informações possíveis para o conhecimento profundo e exaustivo de casa bem cultural; [...] (GUEDES, 1987 *apud* LUCKOW, s.d).

Apesar de se ter variados modelos de inventários. Fundou-se em 1984 pela SYKES uma metodologia baseada no “Manual on systems of inventoryng immvble cultural property” da UNESCO que disponibilizou um padrão estabelecido de estrutura básica para tal levantamento. Assim tornando a utilização de um único modelo de base para manter a semelhança de uns aos outros. Essa mesma metodologia se inicia em busca de objetivos, ou seja, um proposito com fundamentos apropriados para a abertura de um levantamento. Num segundo momento, é levado em consideração quais critérios serão postos diante de um bem para que ele seja aceito por meio do inventário como um bem tombado. Posteriormente, é importante uma gama de informações para a coleta e sequencialmente a procura de outros recursos para o auxílio dele. A quinta etapa desta metodologia tem como intuito a padronização das informações, já que não se usava meio tecnológicos e atualmente, tem-se essas disponibilidades de acesso. E por fim e não menos importante, o levantamento de custos e tempo para a execução do inventário. Na presença de tantos edifícios de cunho histórico, é pertinente que seja de suma importância e relevância para o gasto e o tempo excedido à atividade de inventariação.

Analisando a opinião de Daniele referindo-se a ferramentas auxiliares, pode-se observar que o uso da fotografia não vem sendo citada. Apesar disso, segundo Antonio Gilberto Ramos Nogueira, professor do Departamento de História da UFC cita em seu dossiê “Inventário e patrimônio cultural no Brasil” a fotografia como sendo uma:

[...] arma essencial na produção de evidências que procuram apreender o outro. Nesta perspectiva, ela é objeto (fragmento e vestígio do real) e sua descrição.

Diante todo o contexto, se torna relevante inserir a arquitetura com seu papel dentro do processo de tombamento de materializar por meio dos inventários os modos de vivência e construção temporal. Assim entende-se que “os bens de relevância histórica e/ou arquitetônica devem ser devidamente documentados e inventariados, antes mesmo de qualquer ação preservacionista” (FERREIRA, 2012 *apud* DIAS; SILVA; ABREU, 2016).

Seguindo a linha de pensamento, os autores acrescentam:

A criação de um inventário dos bens culturais brasileiros surgiu junto com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). **A produção do inventário se deu em função da necessidade da identificação e registro das manifestações culturais arquitetônicas.** O inventário do patrimônio nacional iniciou-se em 1939, período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade era o diretor do SPHAN (grifo nosso) (DIAS; SILVA; ABREU, 2016).

A elaboração do inventário de bens arquitetônicos é uma fase de grande consideração para o processo de registro. É também uma atividade necessária para alavancar a importância da preservação e viabilização de ações municipais perante os bens culturais. A implantação do registro em meio aos processos através da ferramenta de inventariação contribui para ciência e conscientização da sociedade sobre o patrimônio, nomeando-o como um documento histórico e arquitetônico. “A necessidade de preservá-lo é também uma ferramenta para o planejamento urbano-territorial” (DIAS; SILVA; ABREU, 2016). Ou seja, auxilia no desenvolvimento do espaço onde se localiza tais bens culturais.

Enfim, a diversidade de inventários faz desse estudo abrangente, pois à uma gama de informações e aspectos a se levar em consideração quando é pensado no que de fato é relevante na implantação desta ferramenta.

1.2 INVENTÁRIO TURÍSTICO

Em 1958 iniciou-se o processo de inventariação por meio da Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR que tinha como objetivo o levantamento de áreas de interesse turístico dos estados e municípios. Ao final da década de 70 a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR atuava na identificação das zonas de interesse turístico para que então pudesse aplicar a metodologia do processo de inventariação turística com base em estudos da Organização Mundial de Turismo – OMT. A partir e ao longo dos anos o documento da EMBRATUR nomeado como **Sistema de Inventário da Oferta Turística**, contribuiu com a realização de inventários em diversos municípios de interesse turístico. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT nos anos em diante (1990, 2001) entrou em discussão

a elaboração de uma nova metodologia para a aplicabilidade do inventário nos estados e municípios. Tal metodologia que até oficinas e cursos de capacitação foram disponibilizados daí em diante.

O Ministério do Turismo hoje não disponibiliza um modelo de inventariação padrão, pois há diversos modos de aplicação e alguns aspectos a se captar em cada município diferente do outro. Entretanto, para o MT o processo de inventariar sempre significará:

Registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe e gerar informação, para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta (BRASIL, 2011).

O inventário então é utilizado como base de informações para o planejamento e gestão adequada do processo de desenvolvimento. Essa ferramenta tem como importância gerar informações por meio do inventário para que através dos elementos seja feito um diagnóstico e posteriormente um prognóstico específico do local ou do atrativo turístico.

O MT vem sendo o maior responsável na participação da elaboração de um inventário, mas não o único na construção dele. O levantamento deve ser produzido por pessoas especializadas e com um profundo conhecimento do que se deve levantar para adequadas informações relevantes para o processo de inventariação. Além de ter ciência

[...] dos aspectos operacionais e das condições para a gestão do processo de inventariação em sintonia com a realidade de cada município (BRASIL, 2011).

A atividade de inventariação vem sendo então uma produção baseada no sistema instituído pela EMBRATUR, o Sistema de Inventário da Oferta Turística. De acordo com o Ministério do Turismo, o INVTUR utiliza de todos os serviços de tecnologia para agregar as necessidades temporais de forma a auxiliar a aplicabilidade dos instrumentos no processo de inventariação. É uma metodologia estratégica para

fins de coleta, sistematização e difusão de informações, que proporciona ao setor mais agilidade e confiabilidade e, conseqüentemente, produtividade, qualidade e competitividade ao arranjo produtivo que constitui a atividade turística (BRASIL, 2011).

Analisando os serviços agregados à essa ferramenta de inventariação como a comunicação e a informação. É importante levar em consideração a interação entre o responsável pela construção do inventário e aqueles que possam auxiliar na montagem dele. Como por exemplo a comunidade do estado/município estudado. Esses moradores contribuem para o levantamento de locais acessíveis e de aproveitamento para atividades turísticas.

Algumas ações para o levantamento são explicadas pela Fundación de los Ferrocarriles Españoles, como:

delimitar los objetivos, los modelos de ficha, la cronología y el espacio sobre el que se va a actuar; buscar las fuentes que permitan la localización y posterior identificación del objeto; dar máxima importancia al trabajo de campo, como fuente principal de conocimiento que permite la valoración del objeto a referenciar; observar un concienzudo y escrupuloso “trabajo de gabinete” para poder confirmar o variar los objetivos iniciales del proyecto de inventario; e comunicar y difundir los resultados del trabajo con las recomendaciones para la adecuada protección y conservación (FFE - FUNDACIÓN DE LOS FERROCARRILES ESPAÑOLES, 2016).

Ações essas que são intituladas para o levantamento de um atrativo ou para o levantamento de um bem. Sendo que, esse mesmo bem pode ser o atrativo turístico de uma determinada cidade ou município. O INVTUR é um documento no qual vem sendo utilizado de base para o desenvolvimento de inventários nas cidades e municípios. É utilizado da mesma estrutura para que possa identificar locais adequados e de interesse para se inserir nesta ferramenta. E analisando esta estrutura de documento do INVTUR, não identificamos um local específico para se registrar por meio da fotografia na ferramenta de inventariação.

1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL

As noções de patrimônio se deram no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, segundo a socióloga brasileira Maria Cecília Fonseca (2005, p. 37 *apud* LUCKOW, s/d). Fonseca expõem algumas das preocupações que veio percebendo relacionado a perda de memória histórica, e por isso relata o motivo e a importância de:

Fundar museus, tomar monumentos, formar arquivos, enfim, criar os mais diversos e diferentes lugares de memória parece ser a urgência de todos os países, que perderam os meios de memória, isto porque, segundo Pierre Nora, (...) se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares(...) (FONSECA, 2005).

Algumas preocupações com o tombamento e inventariação de diversos bens é relacionado ao resguardo de uma memória que hoje vem se perdendo. Na resenha de TANNO (2006) é feito uma breve explicação do que foi as fases fundamentais da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil de acordo com o livro de Fonseca. Desde os anos 30 com sua “fase heroica” até os anos 70 com a modernização.

A política federal de preservação no Brasil efetiva-se nos finais dos anos 30, mais especificamente, com o decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, que regulamenta a proteção dos bens culturais no país. O artigo 1º desse decreto afirma que: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis

e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (FONSECA, 2005).

Ou seja, a época constituída como heroica se deu pela efetivação da preservação no Brasil. Contudo, não se foi o suficiente, pois nessa mesma época se obtinha ainda uma preservação por meio dos serviços do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) restrita. Voltada principalmente a expressões e valores culturais e arquitetônicos das elites econômicas e religiosas, como igrejas e prédios do período colonial. Tais bens eram separados em quatro livros de tomo, sendo: Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo das Belas Artes; e Livro de Tombo das Artes Aplicadas. E a preservação desses bens baseava-se mais na estética do que no próprio contexto histórico. Um outro avanço na política do patrimônio é realizado em meados dos anos 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), organizado fora do aparelho do Estado e com preocupações bem mais abrangentes do que a proteção dos bens patrimoniais das elites luso-brasileiras, como explicita a ideia de bem cultural, formulada pelo Centro.

Sendo assim, patrimônio cultural segundo o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP) é um conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, à ação e a memória dos diferentes grupos sociais. É um elemento importante para o desenvolvimento sustentado, a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania. Esses bens podem ser considerados registros de elementos da realidade passada ou presente. Ou seja, são valores atribuídos por grupos sociais a bens e lugares, em detrimento de outros. Pode-se caracterizar patrimônio “todos os bens, matérias e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular” (CREA-SP, 2008, p. 13).

Ainda durante a época de 70, diante de um novo contexto social, político e cultural foi pedido aos órgãos que se inserisse como relevante não só valores econômicos como também os valores culturais. E então, obteve-se a criação de secretarias da cultura, órgãos estaduais e municipais onde foi-se criando diretrizes para processo de preservação.

Castriota (2009) entendia todo esse processo de fase heroica à modernização. O qual relatou que considera

como patrimônio de um particular o complexo de bens que tinham algum valor econômico, que podiam ser objeto de apropriação privada. Após algum tempo esse termo sobre ampliação e um deslocamento, sendo hoje utilizado em uma série de expressões como “patrimônio arquitetônico”, “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio cultural”, e mesmo “patrimônio natural”(CASTRIOTA, 2009).

Dentre essas diretrizes que se pode observar do relato de Castriota. Oliveira acrescenta que,

dentre os diferentes tipos de valoração patrimonial, já há algumas décadas que tem sido colocada a ideia de patrimônio industrial, levando em consideração as atividades industriais contemporâneas nos seus aspectos tecnológicos, econômicos e sociais [...] (OLIVEIRA, 2014, p. 180)

A valoração do patrimônio industrial se deu a partir da relevância cultural e histórica das indústrias manufatureiras do período colonial. E o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH complementa essa ideia de patrimônio industrial englobando alguns “[...] edifícios, maquinarias, oficinas, entre outros, como locais de desenvolvimento de atividades sociais relacionadas com a indústria”.

Pode-se considerar que a inserção dos bens industriais como elementos relevantes para o patrimônio cultural se deu a partir da convenção da UNESCO de 1972 quando se especifica os patrimônios culturais em monumentos, conjuntos e locais de interesse. No qual o patrimônio industrial se insere em monumentos, sendo este composto por:

[...] obras **arquitetônicas**, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estrutura de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elemento com valor universal excepcional no ponto de vista da história, da arte ou da ciência [...] (grifo nosso) (UNESCO, 1972).

Muitos dos edifícios industriais já considerados patrimônios, obteve seu tombamento por meio de seu valor histórico e principalmente valor arquitetônico. São bens de beleza única, compostas por elementos da antiguidade e materiais históricos que hoje não mais utilizados. Não só seu valor histórico e arquitetônico que vem se popularizando em meio aos processos industriais. Como também a participação social na produção deles, pois garante

a preservação da memória dos mais diversos grupos sociais e não somente das elites, o respeito à autonomia das práticas populares, o direito de acesso aos bens culturais etc. (FONSECA, 2005).

Ou seja, nos tempos de hoje, a preservação da memória não se dá apenas pelos órgãos ou pesquisadores da área. Mas a sociedade em si vê a necessidade de resguardar uma lembrança nacional. Assim manifestando e opondo-se dentre as diversas culturas do país.

1.4 PROCESSO DE TOMBAMENTO

A Constituição Brasileira em seu art. 23 determina que:

É de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios: III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural (BRASIL, 1988).

E através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico – CONDEPHAAT, órgão federal responsável pela proteção e preservação dos bens, foi estudado alguns princípios para um tombamento. Diante das leituras, é importante ressaltar as diretrizes seguidas para esse processo, como o pedido de abertura, o parecer de um técnico, mais especificamente no caso do CONDEPHAAT, o técnico Carlos Lemos que tem como objetivo analisar a representatividade e influência que aquele bem ou edifício trará sendo tombado.

Oliveira cita que a identificação estrutural do bem é relativamente importante como aspecto para tombamento, como também o seu aspecto histórico. Cita também em diversas escritas o valor arquitetônico que se leva em consideração. Em buscas de mais informações sobre o processo de tombamento, o portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vêm explicando o tombamento como:

[...] um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional [...].

Althoff (et al 2002 *apud* OLIVEIRA, 2014) acrescenta objetivando o tombamento como um ato de preservar por

[...] intermédio de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, culminando com o registro em livros especiais denominados Livros de Tombo.

O processo de tombamento ocorre por meio do poder público, sendo ele federal, estadual ou municipal. E reforçando a ideia de Oliveira, o tombamento se inicia na abertura de um processo podendo ele ser realizado por qualquer cidadão ou instituição pública. Contanto que o tombamento desse bem ou edifício seja em prol de uma preservação da memória coletiva. Ao pedir a abertura do tombamento, o poder público leva em consideração como objetivo de preservação o bem ser de valia histórica, cultural, arquitetônico, ambiental e de valia afetiva para a população. O tombamento, conseqüentemente, é também aplicado a “fotografias, livros, mobiliário, utensílios, obras de arte dentre outros” (IPHAN). Posterior ao pedido de abertura, o tombamento passa por análise técnica preliminar, ao ser aceito se submete à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Dados esses

retirados do portal do IPHAN que complementa esclarecendo que após a aprovação é feita uma notificação ao seu proprietário e neste caso ele não pode vender o bem já sob proteção legal até que saia a decisão final. Essa decisão se dá a partir do momento em que o bem passa pelo conselho e o próprio é inscrito no Livro do Tombo. E então é feita uma comunicação formal do tombamento para o proprietário.

Dados complementares tirados da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura dizem que:

A palavra tombamento, tem origem portuguesa e significa fazer um registro do patrimônio de alguém em livros específicos num órgão de Estado que cumpre tal função. Ou seja, utilizamos a palavra no sentido de registrar algo que é de valor para a comunidade protegendo-o por meio de legislação específica.

Como citado pelo IPHAN, a Secretaria integra os Livros de Tombos que os processos precisam ser inscritos para se tornar legal e protegido diante das leis. Sendo eles: Livro nº 01 do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico, livro nº 02 do tomo histórico, Livro nº03 do tomo das belas artes e o livro do tomo das artes aplicadas. Inclusive, a Secretaria acrescenta a ideia de conjunto significativo, onde tudo pode ser tombado. “Até mesmo um ecossistema para a preservação de uma ou mais espécies” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SEEC, ALBA DORADO, 2009).

Onde tudo pode ser tombado e de diversas maneiras. No Brasil há três instâncias permitidas para reconhecer e tomar um bem patrimonial de acordo com o espaço territorial em que ele se encontra. Estância municipal, estadual e federal. Está proteção pode ser dada a bens individualmente ou em conjunto. Como explicado pela Secretaria, um conjunto significativo que não necessita especificar as partes do todo, desde que determine, de forma clara e precisa o todo.

1.5 ARQUITETURA FERROVIÁRIA E REGISTRO VISUAL

Os primeiros indícios de construção arquitetônica nas vias ferroviárias se deram a partir do século XIX, mais precisamente na Inglaterra, com o surgimento do programa inglês. Nesta época, os ingleses buscavam fazer as construções das estações ferroviárias com materiais que pudessem retratar a arquitetura temporal.

Os três modelos (de oficinas) criados inicialmente eram classificados devido ao seu posicionamento nas linhas; os dois primeiros são utilizados geralmente em estações que ficam ao longo da linha, sendo denominados estações de passagem, enquanto o terceiro modelo era comumente utilizado por estações que se localizam nos extremos das linhas, denominadas em forma de estação temporal (SOUZA, 2015, p.03).

Os engenheiros buscavam caracterizar os modelos de acordo com sua localidade, como explicado acima. As estações de passagem normalmente tinham a arquitetura mais semelhante às estruturas arquitetônicas do seu entorno, enquanto as estações das extremidades eram construídas com materiais e estruturas mais simples.

[...] pode existir o caso de uma estação de passagem ser implantada como uma estação terminal, isso acontece quando a estação é feita em um ponto em que as composições chegam à estação e devem retroceder para alcançar a continuação da linha (SOUZA, 2015, p.03).

Devido a tais requisitos que eram implementados, friso a questão de a arquitetura ser implantada de acordo com a localidade e a temporalidade. No século XIX, buscavam muito representar a cultura através das construções, principalmente no início da industrialização. Além de que, naquela época os engenheiros tinham como prioridade a funcionalidade dos edifícios, ou seja, o interesse das ferrovias resultava em quais equipamentos e materiais seriam utilizados, e em quais locais, de acordo com as necessidades. Surgindo assim as estações de pequeno, médio e grande porte.

Logo adiante surgiram então a inserção de ideologias francesas e belgas por meio de tratados. Destes, vieram muitos produtos e materiais que auxiliaram na construção arquitetônica dos edifícios de época.

Com a evolução das linhas férreas em torno de 1835 por meio da resolução da Assembleia Geral Legislativa n.101 de outubro, a ferrovia no Brasil começou a se manifestar. E muito de suas construções iniciais se deu pelo auxílio dos engenheiros ingleses e importações de materiais de outros países que também influenciaram no espaço urbano e no modo de viver da comunidade local. Desses materiais e produtos importados,

muitos prédios vinham desmontados e acompanhados com instruções de montagem. Isso permitia uma padronização cultural de um momento histórico. Predominantemente no estilo europeu (MORAIS, 1991, p.13).

Aspecto que hoje ainda conseguimos identificar analisando as estações e edifícios ferroviários. Diversos deles encontra-se com estruturas e materiais arquitetônicos no estilo europeu. Foi um período em que a arquitetura serviu de base para a criação de outras novas arquiteturas relacionadas ao passado da nação, já que o intuito das construções não era só estético, mas sim poder simbolizar a cultura de época. Pode-se perceber isso por meio das casas de máquinas e casas de forças. Quando se fala que cada construção tem sua determinada estrutura para seu determinado local, ambas são exemplos, pois possuem as mesmas

características. São prédios em alvenaria, com pé direito alto, vãos de acesso em grandes dimensões, assim, constituindo um único cômodo.

1.6 INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO E REGISTRO VISUAL

Os inventários arquitetônicos têm como objetivo levantar aquilo que é importante, tanto individualmente, quanto coletivamente. Pode-se dizer que no passar dos anos, com o avanço e valorização da cultura, os inventários se ampliaram, de modo a capturar aquilo que se torna herança de uma comunidade ou de uma nação. A captura por documentos, por essa herança, vem desde o século XIX. E nesta época já eram citadas a utilização dos registros visuais para o auxílio no levantamento de dados. Como podemos ver na citação de Motta e Rezende (1998, p. 06) “os antiquários reuniram **imagens** e informações sobre os vestígios da Antiguidade (grifo nosso)”.

No século seguinte, podemos identificar uma ampliação cultural (dito sobre esse aspecto acima) dentro dos inventários, pois os mesmos, de modo geral tinham como recomendação “visar a produção de conhecimento sobre os bens que representassem a expressão mais significativa das culturas” (MOTTA; REZENDE, 1998, p.10), baseados nos entendimentos da época. Nessa mesma época, os inventários não tinham um formato padrão ou algum outro tipo de regra a se seguir para a inventariação de bens de cada país. Essa atividade era feita de acordo com o que se achava correto inventariar de modo que representava uma expressão cultural.

Desta maneira, buscou-se por meio do inventário arquitetônico identificar aspectos importantes dos edifícios históricos, tendo como finalidade retratar o contexto histórico e a averiguação de preservação da estrutura e de materiais históricos que foram utilizados para a construção deles.

Com a entrevista de Erich Joachim Hess organizada por Bettina Zellner Grieco de Memória do Patrimônio do IPHAN conseguimos explicar melhor as significações de monumentos e materiais arquitetônicos. Onde ele fala em 1938, em Diamantina, Minas Gerais, anos depois das primeiras inserções arquitetônicas inglesas e adversas dentro do Brasil, em uma viagem à trabalho fotográfico que ele tinha como principal aspecto a fotografar um desenho.

[...] porque era uma coisa estranha, diferente -, era que, nos altares laterais tinha uns desenhos gravados com outro, em cima da madeira. Quer dizer: a chapa de ouro muito fina, folha de ouro gravada com linhas finas. Fazia muita questão que eu fizesse a documentação daquilo (seu superior). Eu não entendia muito. Não sabia nada do que era altar-mor, o que era altar, mas queria saber [...] (IPHAN, 2013, p. 51).

Um desenho gravado a ouro. Um desenho arquitetônico do altar lateral da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Cujo desenho para o Patrimônio (local para qual eram feitos os trabalhos de Hess) serviriam, para retratar o contexto histórico de tal edifício.

Figura 1: Desenho gravado com ouro. Altar lateral da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo (Diamantina/MG)



Autor: Erich Hess, 1938. ACI/RJ. Série Inventário. **Fonte:** Iphan, 2020.

Além de desenhos como estes, muitas das técnicas arquitetônicas ainda são estudadas para o registro de bens e edifícios tombados ou em processo de tombamento, já que eles auxiliam tanto para a reestruturação caso necessário, quanto para o acompanhamento histórico e temporal do bem. Sendo assim, nesses registros busca-se capturar estruturalmente os telhados que têm diversas subdivisões, e a fachada que é contemplada pelas balaústres, bandeiras, beirais, cantaria, cimalha, cornija, empena, frechal, frontão, guarda-corpo, lambrequim, óculo, ornato, pilastra, platibanda, pórtico, sobreverga, verga, entre outros.

Outro exemplo a citar é da cidade de São João Del Rei, construída na década de 60, foi umas das principais e maiores linhas férreas do momento. As características construtivas das edificações vêm mostrando mais uma vez a inserção de materiais importados e da inclusão da cultura e arquitetura inglesa no Brasil. Como a gare realizada em aço com a sua estrutura fabricada na Bélgica; as pontes (pontilhões e geradores) importados da Escócia; maquinário das oficinas em sua maior parte, provenientes da Inglaterra, Alemanha, França, Dinamarca e Estados Unidos. Além de peças e acessórios encontradas provenientes dos Estados Unidos.

Em 1977, a Rotunda de São João Del Rei foi parcialmente destruída. Nos anos de 1983, 1984, junto ao projeto de restauração e revitalização do Pátio Ferroviário de São João Del Rei, as estruturas ali mantidas serviram de auxílio para uma reconstrução.

o trabalho teve como base os elementos encontrados nas paredes externas e na parte interna do prédio, ainda com características originais suficientes para a sua restauração, além das plantas de 1947 e **fotografias** de 1912 a 1961 (grifo nosso). (MORAIS, 1987, p.38).

A restauração da Rotunda baseou-se em dados inventariados como pode-se perceber na citação acima. Elas asseguraram que a reconstrução conseguisse preservar a Rotunda o mais próximo de sua construção original dentre suas interessantes arquiteturas. Todavia, uma parte do local restaurado tornou-se uma intervenção cultural. A Rotunda, após o início do envolvimento do Estado com os movimentos históricos em torno de 1920, tornou-se Museu Ferroviário de Minas Gerais. A vista disso, preservar os objetos construídos e edificados contribuem com o desenvolvimento e ampliação cultural dentro do âmbito patrimonial.

Baseado em dados bibliográficos, foi possível entender que a utilização do registro visual técnico como ferramenta auxiliar de restauração e/ou conservação patrimonial vem sendo relevante para os órgãos institucionais. Eles têm como objetivo capturar os principais elementos arquitetônicos dos edifícios que hoje são tombados ou estão em processo de tombamento, com o propósito de identificação da temporalidade cultural.

Com o passar do tempo, foi possível haver mudanças na forma de inventariar. Pois, a cultura, e seus materiais móveis ou imóveis passaram a ser conceituados de formas democráticas e assim cresceram gradativamente dentro da esfera patrimonial. A política cultural firmada pela Unesco constitui:

um conjunto de práticas sociais conscientes e deliberadas, de intervenções e não-intervenções, tendo por objeto satisfazer certas necessidades culturais pelo melhor emprego possível de todos os recursos materiais e humanos de que se dispõe uma sociedade num momento dado (1969, p.8 *apud* FONSECA, 2005, p.50).

Mediante à essas mudanças, as técnicas de inventariar se tornaram mais relevantes. Atualmente os inventários tecnicamente já possuem um espaço único para a inserção do registro visual como forma de acompanhamento estrutural e temporal de determinado bem, como pode-se observar no inventário conhecido como Sistema de Rastreamento Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE. Diferentemente do que analisado nos inventários turísticos documentados abaixo.

1.7 INVENTÁRIO TURÍSTICO E REGISTRO VISUAL

O processo de Inventariação Turística do Brasil de acordo com Ministério do Turismo - MTUR (2005, p.18 *apud* SEMITUR, 2006, p. 02) se deu a partir do século XX após o território brasileiro receber seu primeiro mapeamento turístico. A princípio, sua construção tinha como objetivo levantar o potencial turístico brasileiro e suas necessidades de aparelhamento, intencionado a atrair o turismo internacional, preferencialmente, os norte-americanos, ou seja, a intenção construtiva do inventário da época foi atrair lucratividade ao país. Desta maneira, na tentativa de inventariar o turismo no Brasil, fez-se uma parceria entre o Ministério das relações Exteriores, o Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comercio - CNC e a International Corporation and Administration - ICA, de Washington para a operação do programa *Tourism Project Of Brazil*.

Na intenção de integrar outras regiões e outros estados, foi proposta uma segunda articulação de Inventariação Turística, ocorrida na Região Sul do Brasil da década de 60, por meio do governo federal, Ministério das Relações Exteriores, coordenado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL. Esse novo modelo se deu a partir do Consórcio Tecnibéria & Ingevix, referenciado por empresas espanholas e brasileiras.

De modo que houvesse melhorias, implantou-se uma terceira metodologia de Inventariação Turística importada da organização Mundial do Turismo para a Organização dos Estados Americanos - OMT-OEA/CICATUR, adaptada pelo centro Ibero-Americano de Capacitação Turística. Essa metodologia passou a ser utilizada pela EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo e, demais órgãos oficiais de turismo dos estados brasileiros. A terceira metodologia de inventariação sofreu alterações com o surgimento do Plano Nacional de Municipalização do Turismo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, é a metodologia que tais órgãos citados acima ainda vinham utilizando como base para a construção de seus respectivos inventários turísticos.

Analisando os inventários do Ministérios do Turismo que hoje foram baseados nestas épocas de parcerias estrangeiras com o Brasil, pode-se perceber que o procedimento de inventariar objetivava:

conhecer as características e a dimensão da oferta, o que necessita ser melhorado ou aperfeiçoado, enfim, quais as iniciativas que devem ser tomadas e que podem permitir aos municípios, regiões, estados e ao país desenvolve o turismo mais **competitivo e sustentável** (grifo nosso). (BRASIL, 2011, p. 20).

Intencionalmente, é ausente a presença de um registro visual por atualmente ser disponibilizado aos órgãos ou agentes modelos de inventário que tem como intenção a

competitividade. A atividade de inventariar vem sendo posta para que municípios, estados e países possam ofertar seus melhores atrativos de modo que haja uma competição entre lugares a se visitar. Já que, quanto mais investimento para um local ofertado, e mais visitas no mesmo, conseqüentemente, mais lucratividade retornará para o ambiente. A exposição de elementos que se consiga identificar um inventário de modelo **econômico** (cujo modelo que não vê necessidade da inclusão do registro visual), normalmente vem no corpo do texto, tais como apresenta-se no Projeto Inventário da Oferta Turística - 2006, o Inventário de Oferta Turística - 2011, ambos produzidos pelo Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil e publicado pelo Ministério do Turismo.

Tentando conciliar a atividade de inventariação com a ferramenta de registro visual, percebeu-se que mesmo com a metodologia imposta pela CICATUR OEA não é discutido muito tecnicamente a utilização da ferramenta fotográfica para auxílio na inventariação. Analisando o documento, pode-se perceber que é dito o ato de registrar em todas as áreas da atividade de inventariar, no entanto, não é discutido de que forma esses registros possam ser produzidos para assessorar na identificação dos edifícios e atividades turísticas de determinado local estudado.

Em busca de dados que pudessem fundamentar mais o tema, consultamos a prof.a Dra. Renata Maria Ribeira (Unesp/Rosana). Com isso, foi possível melhor entender por que se tem a sensação da ausência do registro visual nos inventários turísticos. O Sistema de Inventário de Oferta Turística, originado por meio do Ministério do Turismo embasado no CICATUR OEA, contudo, atualmente não vem sendo mais utilizado. Em vista disso, o estado de São Paulo disponibilizou para todas as cidades e municípios que são considerados MIT - Municípios de Interesse Turístico, um novo modelo de inventário.³ Contudo, neste novo modelo não se apresenta documentado a necessidade dos registros visuais, e não é identificado espaço para a inserção dos registros, mesmo elas sendo sempre solicitadas. Sendo assim, foi viável relacionar essa informação com a fala de Eros Vizel, técnico da Secretaria de Turismo em Campinas referente aos registros visuais serem incluídos em um acervo separado do próprio inventário.

Ao realizar as leituras, foi possível perceber que as mais recentes gerações não se importam mais tanto com a memória que as gerações passadas trouxeram para a sociedade. Neste caso, para que a memória tivesse a oportunidade de ser preservada e na tentativa de resgatar a memória que se perdeu, deu-se início aos princípios de patrimônio. Para que essas

³ O modelo de inventário da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo é a ferramenta vigente em SP. Está disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/mit/formulario>

memórias possam se tornar patrimônio cultural e/ou industrial surgiu o Processo de Tombamento, atividade realizada pelo CONDEPHAAT – Órgão Estadual Brasileiro, que realizam análises da representatividade e influência que determinado bem, ou edifício, ou objeto histórico trará sendo tombado. Ou seja, elementos esses que refletem um contexto histórico e temporal de importância.

Um dos elementos cruciais que se considera no processo de tombamento é a sua construção. Desde os primórdios da arquitetura, buscou-se representar a cultura através das construções. Tanto nas linhas férreas quanto nos bens e edifícios industriais continuam ou ainda contém grandes estruturas arquitetônicas relevantes para a recuperação da memória de um país ou até mesmo da própria arquitetura de época por meio do recurso de salvar essas ferrovias e bens/edifícios industriais.

Esse processo de levantamento e análise dos bens ocorre através da inventariação do bem. O inventário no caso da arquitetura tem o intuito de levantar objetos que foram ou que são importantes, tanto individualmente, quanto coletivamente. Como exemplo, cita-se as ferrovias que tiveram grande relevância na vida daqueles que moravam ao seu entorno.

Já no caso do Turismo, o inventário só veio a surgir no Brasil quando ele recebeu o seu primeiro mapeamento turístico em 1958, fazendo assim dele imprescindível para a ocasião. O inventário é uma ferramenta que surgiu objetivando coletar, analisar, e classificar respectivos dados para os estudos de alguma localização.

Por fim, o escopo, tanto do inventário turístico, quanto do inventário arquitetônico foi poder realizar o levantamento das localidades de importância e relevância como forma de promoção turística e proteção cultural para a sociedade. Dentro desta atividade de inventariação, discute-se a importância do registro visual e de sua utilização como ferramenta de auxílio para a construção do contexto histórico temporal de determinada localidade, ou determinado bem.

2 COLETA DE CAMPO

O presente capítulo buscou compreender por meio das entrevistas, como se trabalha e a importância tida pelos técnicos entrevistados com a utilização do registro visual nos inventários arquitetônicos e turísticos, tanto no Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC, quanto na Secretaria de Turismo. Ambas as entrevistas realizadas tiveram o objetivo de compreender o método e as possibilidades que são possíveis obter com a utilização do registro visual, e com a presença ou ausência de um profissional capacitado para esta

atividade. Realizou-se também o levantamento dos processos de tombamento do CONDEPACC com a finalidade de identificação dos registros visual neles. E por último, estes foram detalhados e caracterizados as fotografias identificadas nos inventários arquitetônico e, a fim de realizar uma comparação técnica entre as imagens de cada tipo de inventário.

2.1 ENTREVISTAS

2.1.1 Técnicos do Condepacc

A Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) é um órgão pertencente à Secretaria Municipal de Cultura vinculado ao Condepacc, composta por técnicos e funcionários administrativos que atendem aos serviços dele. A secretaria tem como principais, 3 técnicos que contribuem para a preservação ou conservação de um bem edificado da cidade de Campinas. Em entrevista com 2 desses técnicos e de formações acadêmicas diferentes foi identificado a importância que eles vêm na utilização do registro fotográfico nos processos de tombamento dos bens industriais, mas também foi relatado a falta de um profissional para esta atividade. Em consequência disso, a produção desses registros fica na responsabilidade dos próprios técnicos.

Diante disso, foi perguntado à técnica arquiteta e urbanista Sandra Geraldi Maria Milne-Watson, como ela com um olhar de arquiteta registra esses bens edificados. Desta maneira, Sandra relata:

[...]Quando é um, uma intervenção nas fachadas. Então eu vou bater foto daqueles elementos que compõem a fachada, dos detalhes, do toldo. Se é interno, aí eu vou ter que usar o flash ou não se tiver muita luz ou não, se não tiver. Então vai ser de acordo com a, o que oferece o ambiente (WATSON, 2019).

Sandra informa que por questões de segurança, os registros fotográficos são feitos por um celular, apesar de que mesmo ela e todos os outros funcionários que auxiliam na produção deles possuem câmeras profissionais.

Posteriormente, entrevistando o técnico historiador Antônio Henrique Felice Anunziata, foi aplicado o mesmo roteiro de perguntas onde foi indagado o seu olhar diante da produção dos registros fotográficos, em que ele explica:

Eu tenho uma visão histórica. Então eu tiro assim, 500 fotos, 300 fotos. (risos). Porque eu pego detalhes da construção, né, são detalhes temporais, então um, um, uma parte que está desgastada, um tipo de argamassa, um tipo de pintura, um tipo de elemento. Então eu fotografo, quando eu faço sobre um bem, eu o faço na essência né, então o que é que daqui um certo tempo eu vou ter de imagem em relação para eu fazer a comparação. O que ãn, a construção ta marcada no tempo, o que ficou de material do tempo. Então um tipo de tijolo, tipo de é, reboco, que tipo de pintura. Então eu pego muitos detalhes (ANUNZIATA, 2019).

A formação de Henrique não faz dele um profissional em fotografia. Porém na atual situação e na falta de um fotógrafo, as características comentadas por ele auxiliam na manutenção e possíveis apropriações dos bens industriais considerados tombados pelo Condepacc. Ele acrescenta a difícil produção de um registro do bem como um todo, pois é fotografado a construção de forma detalhada na medida em que é feito o estudo. Isto é, o registro fotográfico só ocorre a partir da necessidade de mostrar um determinado espaço ou detalhe do bem dentro do processo de tombamento dele.

Por meio do site da Prefeitura de Campinas, foi possível acessar os processos de tombamento. Em análise desses processos pôde-se perceber que são poucos os processos identificados com algum registro fotográfico de qualidade técnica. Sendo assim, foi contestado o motivo a que leva ser produzido os registros fotográficos e eles não estarem implantados dentro dos processos de tombamento. Ambos alegaram a existência de profissional para esta atividade antigamente na Coordenadoria ou na Secretaria, contudo, hoje ele não faz mais parte do quadro e sua substituição foi inviável pela falta de concursos e contratações de profissionais específicos para tais atividades.

É evidente como a falta de um profissional na área fotográfica dificulta no acompanhamento do bem no decorrer dos anos. Diante desta situação, Henrique explica que ele se deslocava para ver o que do bem industrial tinha para documentar. Até que se iniciou o armazenamento dos registros por meio do CEDOC (Centro de Documentação). Na conversa com o historiador, foi questionado o motivo pelo qual os registros fotográficos hoje não são implantados no processo de tombamento do site da CSPC. Henrique confirma estar dentro do CEDOC, onde ele tenta colocar parte dos registros fotográficos no processo, porém:

[...] o processo só pode aceitar uma documentação no papel, documentação digital eu não tenho como colocar no processo. Por que ele não é, não tem forma de ler (ANUNZIATA, 2019).

O historiador acrescenta que os arquivos são anexados como “juntada”⁴ dentro do documento armazenado na área administrativa dentro do CSPC. É de suma importância a existência e a produção de mais registros fotográficos para o auxílio da visualidade da temporalidade. Henrique ainda cita a hipótese de um catálogo de fotos para o acompanhamento da evolução ou modificação que o bem adquirir com o passar do tempo, como Watson (2019) também coloca a importância da caracterização como forma de análise do tempo e o que vem acontecendo. Além do mais, Sandra inclui em sua fala a importância da atualização desses

⁴ inclusão de documento no processo administrativo em tramitação.

registros dentro do processo de tombamento para o acompanhamento das mudanças que ocorrem devido a dinamicidade da cidade de Campinas e do bem industrial. Ou seja, compartilha do consentimento de grande relevância a temporalidade e suas mudanças no decorrer de todo o processo de tombamento e conservação dele. A arquiteta em sua entrevista segue relatando a importância de um profissional na área para orientá-lo, como citado abaixo:

[...] eu oriento o fotógrafo. Naquele momento, olha. Você fotografa para mim mais esses detalhes aqui do, da platibanda. Do ponto de vista da arquitetura industrial [...]
(WATSON, 2019)

Sandra entende o quanto importante é um profissional, para que ela não se preocupe no que terá que ser fotografado, assim focando nos objetivos adequados de uma profissional em arquitetura.

Para a finalização da entrevista, perguntamos para ambos os técnicos se haveria alguma consideração a fazer diante perguntas que os fez refletir a necessidade e a contribuição do registro fotográfico nos processos de tombamento. E então, tivemos como resposta elogios perante as perguntas tão importantes e relevantes que nunca teria sido contestado e novamente é feito o ressaltado devido a importância do profissional para a construção do registro fotográfico como melhor forma de produção e acompanhamento da evolução temporal dos bens industriais em processo de tombamento.

2.1.2 Responsáveis pelas atividades realizadas na Secretaria de Turismo de Campinas

O departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Campinas tem a responsabilidade de atuar na atualização do inventário turístico e todas as outras atividades interligadas com os atrativos turísticos da cidade. Atualmente o Departamento conta com o auxílio de duas a quatro pessoas para o auxílio nas tarefas. Dessas quatro pessoas, foi obtido entrevista com o funcionário público e municipal e coordenador de planejamento e informação do departamento de turismo de Campinas, Eros Vizele e o técnico em Turismo, Davi. Sendo eles considerados os mais atuantes dentro das tarefas diárias. O objetivo das entrevistas foi compreender a importância do registro visual e do profissional fotográfico na inventariação turística para os funcionários atuantes no Departamento de Turismo e para a propagação e divulgação dos atrativos da cidade de Campinas.

Diante às entrevistas foi apontado a relevância do registro visual para levar informações para o público. O Departamento de Turismo de Campinas trabalha com uma plataforma de

inventário turístico disponibilizada pela Secretaria do Estado de Turismo para que as cidades possam divulgar seus atrativos e bens culturais como uma forma de propagar o turismo dentro da cidade. Essa plataforma não libera espaço suficiente para a implantação de todos os registros visuais como forma de divulgação, mas sim apenas como ferramenta comprobatória de que existe a prática do turismo dentro da cidade de Campinas. Sendo assim questiona-se a importância do mesmo para a propagação dos atrativos turístico. Ao questionar um dos entrevistados que é funcionário público e municipal, coordenador de planejamento e informação do Departamento de Turismo de Campinas é dito:

[...] ela não trabalha com a questão visual, e talvez isso seja uma próxima etapa. Porque a gente sabe que, se a proposta do site é trazer essas informações, fazer a gestão dessas informações e criar uma interface com o público, seja o público ou gestores municipais, a questão da imagem, é fundamental. Eles não vão poder tocar o projeto se não tiver essas imagens.

Mesmo que esses registros não habitam nesta plataforma corretamente, a secretaria de turismo possui um arquivo com os registros visuais que são produzidos pelos profissionais fotográficos do Departamento de Comunicação (DECON). Além de muitos registros de terceiros, parceiros e fonte de captação. A equipe da DECON é responsável por todas as fotografias da prefeitura de Campinas. Mas, quando não há o auxílio do departamento de comunicação, e são os próprios funcionários que produzem os registros, eles procuram fazer:

[...] uma foto com atratividade, que tenha menos poluição, porque talvez um dos grandes desafios para produzir uma imagem turística é a gente superar essa poluição visual [...] ver uma luz legal, um momento bacana, e compatibilizar isso com mostrar o uso também que é uma questão legal. A gente pensa que, além, ela tem que estar livre do ponto de vista de poluição, mas muitas vezes a gente também tenta apresentar o uso.

O MIS – Museu da Imagem e do Som é outra fonte de informações relatada pelo segundo entrevistado Davi, Técnico em Turismo, responsável pelos suportes, atendimentos e diversos outros serviços dentro do departamento de turismo.

A plataforma citada mais acima, da Secretaria do Estado, é só mais um site utilizado pelo departamento de turismo para o levantamento de dados de seus atrativos. O levantamento de dados para tal divulgação é feito através de um formulário, como por exemplo o mais utilizado INVTUR – Inventário de Oferta Turística. Entretanto, o entrevistado relata que é muito difícil trabalhar com este formulário, além de também não ter nenhum espaço para os registros visuais. Sendo assim, a secretaria de turismo de Campinas montou seu próprio formulário baseando-se no INVTUR. Além deste formulário, é usado também planilhas para a

administração dos dados, onde possa ser preenchida pelos demais funcionários como uma forma de atividade em equipe.

Durante a entrevista, foi encontrado algumas dificuldades passadas no departamento de turismo, como o armazenamento das informações (registro visual). É criticado a falta de servidores ou provedores disponibilizados pelo setor público para o melhor armazenamento e divulgação dessas informações. Relata-se que:

[...] o nosso site hoje aqui, aqui assim, que abriga esse inventário, ele disponibiliza uma ou no máximo duas fotos por atrativo. Mas a gente tá pensando em ampliar. E, dos mais importante a gente tem um álbum de fotos desses atrativos porque é uma coisa bastante legal. O atrativo é muito mais visual hoje do que de informação né? De texto. Então a gente está estudando essa possibilidade. Mas é uma coisa que também existe essa restrição técnica da gente ter um provedor ou servidor né, e um sistema de servidor que consiga abrigar todo esse tipo de informação (DAVI, 2019)

É descrito também o desafio que a gestão pública passa para obter uma estrutura administrativa que permita acompanhar todos os avanços no mercado, e as tecnologias que vem crescendo. E a dificuldade em contratar terceiros para produções ou serviços a mais. Uma dificuldade que vem sendo discutida frequentemente, pois:

[...] na prefeitura dificilmente a gente consegue um terceiro para fazer a produção, geralmente se consegue ter recursos para fazer, e as equipes das prefeituras, do departamento de turismo são muito a quem do que precisa para fazer um levantamento convencional que são as fotos, quem dirá para outras novas tecnologias (DAVI, 2019).

Para tentar solucionar tais dificuldades, o entrevistado experimenta dar alguns palpites. O registro visual é uma questão tecnológica a se trabalhar em diversos aspectos, mas dificilmente encontra-se este trabalho, esta atividade adequada. Por esse motivo, relata o entrevistado que é necessário a criação de estruturas para obter boas condições de utilização dessas tecnologias. Diz o mesmo que:

[...] nos núcleos de gestão turística seriam de como a gente ter esses recursos tecnológicos disponíveis e os recursos humanos disponíveis pra gente avançar nessas tecnologias (DAVI, 2019).

Acredita-se que o registro visual no inventário turístico e nas plataformas utilizadas para divulgação e propagação dos atrativos turísticos da cidade de Campinas auxilia e é fundamental para seu desenvolvimento. O registro visual é relevante atualmente e continuará sendo nos anos seguintes. É um cenário que não mudará pôr enquanto. Basta ter recursos e apoio das gestões públicas e setores de turismo para tal planejamento.

2.2 SINTETIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO

A partir de uma análise realizada nos processos de tombamento do Palácio dos Azulejos; da Antiga Fábrica Godoy; da Lidgerwood Manufacturing; do Complexo Ferroviário FEPASA; da Vila Manoel Dias e Manoel Freire; da Ponte Metálica sobre rio Atibaia; do Palácio da Mogiana; da Fábrica Chapéus Cury; do Ramal Férreo de Souza; do Complexo Ferroviário Mogiana; da Ferrovia do bairro Ponte Preta; do Conjunto Arquitetônico da Vila Industrial; do Percurso do leito Ferroviário Mogiana (Campinas – Jaguariúna); da Vila operária dos ferroviários; do Curtume Cantuseo; do Conjunto de imóveis e Chaminé Remanescentes da Indústria de Seda Nacional; e da Subestação Lix da Cunha conceituados como bens industriais da cidade de Campinas. Identificou-se através do site da Prefeitura de Campinas na área de Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) que desses dezessete processos relacionados historicamente com as linhas férreas e a industrialização do café, foi encontrado registros visuais em todos eles. É exposto cada bem estudado de forma cronológica, para que seja possível fazer ligação temporal entre ambos os bens e suas histórias apresentadas.

O **Palácio dos Azulejos** foi construído em taipa de pilão e tijolos com fachada revestida com azulejos portugueses. Sua construção baseou-se em estilo neoclássico inovando o panorama da cidade. Muitos prédios antigos foram construídos com materiais importantes, seguindo a cultura e arquitetura francesa, portuguesa, americana, entre outros. O palácio é um outro modelo desse estilo de construção, utilizando materiais importados, como: mármore, tintas, lustres e metais. O prédio, que tinha como proprietário, Joaquim Ferreira Penteado, foi doado para abrigar a Prefeitura Municipal de Campinas de 1908 a 1968. Posterior a isso, passou-se a ser controlado pela SANASA. Hoje o prédio encontra-se tombado desde 1967 pelo IPHAN. O processo de tombamento do Palácio dos Azulejos é composto por 45 (quarenta e cinco) registros visuais.

O percurso de Campinas a Jundiá, foi construído em 1867 para sanar as dificuldades de transporte encontradas devido ao desenvolvimento e crescimento da produção de café. Em 1872 inaugurou-se a **Estação de Campinas** seguindo os padrões arquitetônicos do século XIX. O complexo FEPASA foi precursor para o desenvolvimento da economia paulista. Hoje, tombada pelo CONDEPHAAT desde 1982 atua com diversas atividades culturais e residia a Secretaria Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Campinas. Anexado a seu processo de tombamento, encontra-se em média 466 (quatrocentos e sessenta e seis) registros visuais que contribuíram para seu tombamento, mostrando suas características arquitetônicas e sua importância histórica para a cidade de Campinas.

A **Casa Grande e o engenho Tulha** foram construídos entre 1790 e 1830 em um momento de progresso na produção de açúcar. Conhecida como a Casa Grande, é considerada a mais antiga fazenda de café da cidade de Campinas. Maria Felicíssima Miquelina de Abreu herdou a propriedade de seu padrinho, Manoel José Fernandes Pinto. Baseado em histórias, o marido de Maria, Joaquim José Soares de Carvalho foi o responsável pela construção da casa e engenho. E ao longo dos tempos, a propriedade foi passada para seus respectivos herdeiros. Sendo ela dividida em partes para cada herdeiro. Em 1941 a fazenda foi vendida para Antônio da Costa Santos. Em 1990 o imóvel foi tombado pelo CONDEPACC a pedido de seu próprio proprietário, em seu processo, encontramos apenas. Além de que, a Casa foi utilizada como objeto de pesquisa para a registro visual, característica relevante para pensarmos na dificuldade que pode ter tido para a conclusão do processo de tombamento. O imóvel auxiliou na identificação da evolução urbana do município de Campinas. Foi também tombado pelo CONDEPHAAT em 1986.

Em 1862, no Rio de Janeiro, William Van Vleck Lidgerwood fundou a firma **Lidgerwood Manufacturing Company Limited**. Em 1868, ele abriu o depósito de agrícolas em Campinas, mesma época que ocorria o desenvolvimento das grandes lavouras de café. A construção seguiu o estilo neo-gótico vitoriano, com tijolos aparentes, com o uso de ferro fundido das esquadrias das janelas, nas bandeiras das portas, janelas de corpo do principal e nas grades do porão. Em 1890 a firma mudou-se para São Paulo, em 1992 o edifício foi vendido para a firma Pedro Anderson & Cia. Em 1928 é vendida novamente para a Cia Paulista de Estradas de Ferro. Ao longo dos tempos, todo o espaço que um dia foi empresa Lidgerwood caiu no esquecimento e desuso. Em 1990 o prédio foi restaurado e tombado pelo CONDEPACC, foram anexadas no processo de tombamento 63 (sessenta e três) registros visuais. O edifício passou a sediar o Museu da Cidade. Atualmente, o museu encontra-se fechado, recebendo visitas apenas mediante a agendamento. E mesmo com visitas, encontra-se dentro de todo o espaço do prédio, algumas áreas em desuso.

A **Antiga Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A**, tombada pelo CONDEPACC em 1993 com apenas 08 (oito) registros visuais anexados em seu processo de tombamento, foi uma empresa destinada a fabricar artigos de tecidos, mais precisamente para botinas e sapatos. A empresa funcionou até 1988. Posterior a este ano, a empresa foi desativada e vendida. O novo proprietário restaurou o espaço preservando algumas características arquitetônicas para se tornar uma igreja. Outro prédio construído com materiais importados, especificamente fabricados alemães.

A **Vila Manoel Dias e Manoel Freire** surgiu após a instalação da Vila Industrial, bairro utilizado pelos funcionários que iriam trabalhar nas novas instalações das Companhias de Estrada de Ferro Paulista (1872) e Mogiana (1874). No final do século XIX, a região passou também a receber outras instituições como o Matadouro Municipal, a Companhia Curtidora Campineira de Calçados (1890), o Cortume Camoineiro, o Lazareto dos Morféticos, o Lazareto dos Varilosos e a Indústria Fabril, de propriedade de Antonio Correa de Lemos, e no início do século XX, o Cortume Cantusio (1911), o túnel de ligação entre a Vila industrial e o centro (1915), além da transformação de vários edifícios em oficinas da Companhia Mogiana. Dentre esses séculos, as travessas Manoel Dias (1908) e Travessa Manoel Freire (1918) foram construídas para especificamente a venda aos ferroviários da Companhia Mogiana. Seu tombamento se concluiu em 1994 com 248 (duzentos e quarenta e oito) registros visuais. Entre os 248 (duzentos e quarenta e oito) encontra-se registros de toda a Vila Industrial.

A **Ponte Metálica sobre o Rio Atibaia (C.R.F.C)** devido à crise, foi vendida em 1911 a empresa de energia elétrica e bondes que surgia na cidade, atualmente conhecida como A Ponte da Companhia Campineira de Tração Luz e Força – C.C.T.L.F., que em 1915 realizaria mudanças estruturais na via permanente, com a ampliação das passagens e a substituição por uma ponte metálica, para suportar os pesos dos bondes. No processo de tombamento encontrado no site da Prefeitura de Campinas, além das plantas que não são foco da pesquisa, foram encontradas 14 (quatorze) registros visuais e de difícil identificação. Outro aspecto a se levar em consideração é o excesso de iluminação, pois há um grande contraste entre os tons de branco e tons de preto na imagem, mesmo que sejam digitalizadas.

O **Palácio da Mogiana** foi construído no final do século XIX pela Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e foi utilizado como sede até a década de 1960. Em 1933 teve parte demolida para ampliação da Avenida Campos Salles. O Palácio abrigou o museu Histórico-Pedagógico Campos Sales e a Delegacia Regional de Cultura. O Palácio foi um dos prédios que mesmo com alterações e demolições, obteve e ainda obtém uma grande parte com grandes detalhes arquitetônicos auxiliando na sua valoração e beleza neoclássica. Compreendemos a partir dos 134 (cento e trinta e quatro) registros visuais constatados que são imagens contemporâneas, porém, produzida ainda em tons de cinza (preto e branco) ou podendo também ser um documento digitalizado. Um dos registros foi feito apenas da fachada com o objetivo de foco, as estruturas do terraço e das portas. A fim de capturar elementos arquitetônicos de importância e relevância para o tombamento do prédio, e apresentar a evolução temporal diante de futuros registros fotográficos (neste caso, não foi uma foto feita do prédio como um todo).

Com a entrada do século XXI, é possível por meio da história de cada bem exposto, analisar a diferença e as mudanças que se passou a ocorrer ao longo dos processos de tombamento. Além de que, pode-se observar que a maioria dos bens após essa época, perdeu em quantidade, muito registros visuais. Aspecto relevante para a conclusão que foi possível chegar.

Após a instalação dos trilhos da **Companhia Paulista** no antigo “bairro alto” de 1870, foi construída uma ponte de madeira enegrecida com uma camada de piche para suportar o calor causado pela passagem do trem a vapor. A cor da ponte, preta, acabou sendo o motivo pela nomeação da ponte e posteriormente do bairro. Sua construção interligava a cidade com a estrada de São Paulo e o cemitério da Saudade. Em 1905 a própria Companhia Paulista a substituiu por materiais mais resistentes. Seu processo de tombamento se concluiu em 2015 com um total de 109 (cento e nove) registros visuais.

O processo de tombamento da Mogiana conta especificamente com as áreas e prédios do **Complexo Ferroviário da Antiga Companhia Mogiana, atual Guanabara**. Ela foi inaugurada em 1875 para fazer a ligação com outras grandes linhas para a industrialização cafeeira. Com o declínio da cafeicultura, a partir da década de 50, juntamente com outras ferrovias, começou a registrar os déficits. Em 1971 passou a ser administrada pela FEPASA. Ainda assim, Campinas conta com alguns remanescentes e o mais importante deles, a estação Guanabara. A sede é outro imóvel que se constituiu baseando sua arquitetura em estilos que a arte ainda era muito forte, como por exemplo, o renascentista simplificado. Seu tombamento com 28 registros visual no processo de tombamento, ocorreu no ano de 2004 pelo CONDEPACC.

Em meados de 1889, devido ao sistema de tração animal usado para o escoamento de café, foram constituídas, por meio de outras fazendas, a **Companhia Ramal Férreo Campineiro – C.R.F.C.** Em 1893 a operação da linha com tração a vapor iniciou. Em 1911 foi vendida a C.R.F.C. para a empresa de energia elétrica e bondes da cidade, a Companhia Campineira de Tracção Luz e Força – C.C.T.L.F. Ela foi vendida a uma empresa norte-americana em 1928 e em 1946 ela foi vendida novamente para a empresa que operou os bondes até 1952, a Companhia Paulista de Força e Luz – C.P.F.L. Posterior a esse ano o trecho foi dividido entre rede urbana e rede rural. Em 1960 o trecho é fechado definitivamente, não circulando mais nenhum bonde. O trecho foi tombado em 2004 pelo CONDEPACC e possui em seu processo 31 (trinta e um) registros visuais.

Ao decorrer dos anos de 1870 até a segunda década do século XX, com o aumento da movimentação de carga e passageiros devido ao crescimento das linhas férreas, foi necessário

que tivesse conseqüentemente, o aumento de casas e propriedades para as novas mãos-de-obra. Sendo assim, foi construída a **Vila da Companhia Paulista no Bairro Ponte Preta**. O casario foi edificado com 10 imóveis geminados, num total de 20 casas, com um pavimento sobre porão, as fachadas idênticas e simétricas. A construção das casas foi feita de dois tipos. Uma, onde havia dois quartos, sala, cozinha. E a outra com um escritório, dois quartos, sala e cozinha. Além dessas casas para os funcionários padrões, havia uma casa no fundo do conjunto, destinada a um funcionário com cargo. O processo de tombamento da Vila ocorreu no ano de 2008 e conta com 52 (cinquenta e dois) registros visuais ao todo.

O primeiro barracão da fábrica **Chapéus Cury** foi inaugurado por volta de 1920. O tombamento da fábrica se deu por ser um edifício que, segundo dados, auxiliou no processo de industrialização da cidade de Campinas, tornando referência para o bairro da Guanabara. Este é um caso diferente, no qual seu edifício por um todo, não é tombado, mas sim apenas a chaminé e suas fachadas. Seu tombamento se deu no ano de 2009 e seu processo de tombamento possui apenas 09 (nove) registros visuais.

O **Conjunto Arquitetônico – Vila Industrial** é um compilado de ruas e casas construídas para a instalação dos funcionários que trabalhavam na Companhia Paulista. O conjunto de casas, inicialmente construído, em 1893, pelo imigrante de origem alemã – Germano Hausen, foi posteriormente comprado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. O casario demonstra o “outro lado da cidade”, em transformação, o oposto do bairro Cambuí. A Vila Industrial apresenta lotes desorganizados e pequenos para construção de moradias destinadas ao aluguel para os que “vinham de fora” à procura de trabalho e ofertando mão-de-obra. Posterior a isso, as casas da Vila Ferroviária foram vendidas às famílias de poucas posses. Ainda hoje, as casas são utilizadas por famílias de pouca renda, e as mesmas então em más condições. O processo de tombamento se concluiu em 2009 e foram encontrados 103 registros visuais ao todo.

Outro importante conjunto de imóveis localizado na Vila Industrial são os imóveis da **Rua Alferes Raimundo**. As casas selecionadas no processo de tombamento são residências geminadas e todas com a mesma estrutura e arquitetura temporal, como, fachadas, telhados e outros detalhes. O processo concluiu-se em 2009 e nele foi possível encontrar um total de 36 (trinta e seis) registros visuais.

A **Sociedade Anônima Indústrias de Sede Nacional** inaugurou seus edifícios em Campinas no dia 22 de maio de 1923, sendo uma companhia subsidiária da Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira, permanecendo até 1935 quando a IRFM (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo com as edificações. As edificações existentes do ano de 1923 em Campinas

formavam um grande complexo produtivo, contendo uma tipologia arquitetônica de linhas clássicas. Este estabelecimento contava com uma seção agrícola, seções de fiação, torção, tecelagem, contabilidade, almoxarifado, oficinas mecânicas, eletricidade, marcenaria, entre outras. As máquinas eram de fabricação italiana e trabalharam nessa indústria cerca de 1000 (mil) operários. Há estruturas remanescentes desta fábrica como a chaminé, o pátio interno, parte da Seção de fiação e o imóvel do Instituto de Sericultura, originários à época da instalação da indústria. O conjunto está fragmentado abrigando atualmente a Escola Estadual Dom Barreto. O jornal Correio Popular, o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Campinas, entre outras atividades e menor porte. Além do conjunto de imóveis tombado da Indústria Nacional, a chaminé também é originária da época de sua implantação. Ambas concluíram seus processos de tombamento em torno 2009 a 2010 e foram encontradas um total de 17 (dezessete) registros visuais somados de ambos os processos.

Localizado na Vila Industrial, o **Curtume Cantuseo** foi construído em uma área próximo de outras grandes metalúrgicas e indústrias. No ano de 1990 o curtume encerrou suas atividades e atualmente, após a conclusão de seu tombamento, ele se encontra em bom estado de conservação. Pode-se perceber seu estado por meio dos 98 (noventa e oito) registros visuais encontrados dentro de seu processo.

A subestação **Lix da Cunha**, localizada na Avenida Liz da Cunha entre a Rua Eugênio F. Camargo e o próximo ao antigo conjunto de casas do IAPE. Ela foi tombada no ano de 2013 e entre todos os processos de tombamento analisados, o processo da Subestação é o que mais foi possível visualizar os 36 (trinte e seis) registros visuais encontrados.

Diante das análises e percepções da quantidade e qualidade de registros para a complementação dos processos dos bens industriais, pode-se perceber que nem todos os edifícios tombados estão sendo considerados e expostos como atrativos turísticos, e que praticamente todos eles são ilustrados dentro de seus processos de tombamento com registros em péssima qualidade de leitura. É compreensível dizer que a qualidade de leitura foi causada pela forma como foram anexados os registros dentro de seus respectivos processos. Entretanto, é possível entender também, que por mais difícil e burocrático que seja, é essencial a existência de profissionais qualificados e com ferramentas apropriadas para a realização da atividade de registro. Com o uso de câmeras profissionais e métodos de iluminação, foco, profundidade de campos e diversas outras técnicas fotográficas se torna viável a utilização do registro visual para um melhor acompanhamento dos processos (de proteção de bens materiais) de acordo com suas fases em estudo. Como por exemplo, apropriação, degradação, ou quaisquer formas de mudança temporal e histórica do bem estudado.

Para complementar as fotos encontradas nos processos de tombamento, após entrevistas com técnicos do CSPC, descobrimos a existência de um acervo de registros fotográficos armazenadas no centro de documentação (CEDOC)⁵ na área administrativa.

2.3 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS

Foi elaborada uma ficha de identificação e análise dos registros visuais utilizados dentro dos processos de tombamento e comparadas com os registros visuais que existem dentro do processo de inventariação turística da cidade de Campinas. O objetivo desta ficha é poder analisar e identificar aspectos como registros contemporâneos, antigos, atuais e áreas principais para se analisar arquitetonicamente. Como por exemplo, laterais, fachadas e registros panorâmicos.

Observamos que, com relação ao propósito de identificar os registros visuais dos processos de tombamento disponibilizados pelo site da prefeitura de Campinas, houve uma dificuldade em conseguir analisar todos os registros de todos os bens industriais, já que são registros anexados por meio de escaneamento. Assim, dificultando a visibilidade integral de todo o documento. E em sequência, ao analisar os registros disponibilizados pela Secretaria de Turismo de Campinas por meio do banco de imagens do site da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, foi perceptível que como já relatado, nem todos os bens tombados são considerados viáveis para o Turismo e como atrativo turístico.

3. INTERPRETAÇÕES FINAIS

3.1. IDENTIFICAÇÃO

O presente tópico busca apontar o que se foi possível interpretar a partir das leituras bibliográficas e identificação de dados referente a inserção do registro visual dentro das atividades de inventariação patrimonial e turística.

O inventário arquitetônico surgiu em torno do século XVIII objetivando a coleta e sistematização de informações seguindo padrões e técnicas de estudo para uma análise profissional. A atividade de inventariação tinha como propósito maior levantar dados suficientes sobre determinado bem para, diante disso, entrar em processo de preservação. No Brasil, essa atividade chegou em torno de 1972 no Estado da Bahia e foi conceituado como uma

⁵ Especificamente neste trabalho, não se utilizou o acervo de registros fotográficos do centro de documentação (CEDOC). Entretanto, ele se encontra disponível para visualização decorrente a agendamento.

ferramenta utilizada para a investigação de detalhes que pudesse contribuir como instrumento ao processo de tombamento.

o inventário é uma das atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural [...] toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural depende do conhecimento dos acervos existentes (IEPHA, 2012 *apud* CAMPOS, [s.d]).

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais entende que o inventário surgiu para que sua utilização pudesse servir como acompanhamento ao desenvolvimento do bem de forma a conhecer as suas necessidades de preservação. Além de Guedes afirmar que o inventário é um instrumento de proteção. Seu intuito é “reunir elementos suficientes e necessários que permitam identificar com precisão os bens e valores que devem ser salvaguardados” (1987 *apud* LUCKOW, s.d).

Há diversos inventários que se pode levar em consideração para a prática de inventariação. É um instrumento de estudo considerado de importante relevância para o levantamento de informações. E é uma atividade necessária para alavancar a importância da preservação e viabilização de ações municipais perante os bens culturais.

Ainda com a criação, o decreto nº 44.863 de 21 de novembro 1958 atribui à Comissão Brasileira de Turismo - COMBRATUR (BRASIL,1958)⁶, a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e o fluxo do estrangeiro. Dentre essas atividades, insere-se a regulação de serviços em áreas de interesse turístico. Esse processo foi atribuído ao Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR (Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro de 1966, art. 38)⁷ a identificação das áreas de interesse turístico. Já se pré-estabelecia que os bens históricos ou naturais tombados eram de interesse turístico e que, portanto, a Embratur poderia solicitar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional seu tombamento (ibidem; Decr. nº 60.362, 10 de março de 1967, art. 18). Contudo, apenas na década de 70, com a exigência de identificação de "zonas de interesse turístico" (Decr. 71.791, de 31 de janeiro de 1973), iniciou-se a aplicação da metodologia do processo de inventariação (BRASIL, p.19, 2011).

Ao longo dos anos, a EMBRATUR realizou diversos inventários de distintos municípios. Em torno de 2001, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT

⁶ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁷ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-55-18-novembro-1966-371224-publicacaooriginal-1-pe.html>

ainda discutia novas metodologias de aplicação dos inventários, ofertando assim cursos de capacitação para os coordenadores nacionais e estaduais. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo a adequação de novas metodologias ainda estava sendo discutida. Depois de estudos tentando achar uma melhor apropriação do método de inventariação, surgiu-se o INVTUR – Sistema de Inventário da Oferta Turística, instrumento este que se for utilizado até alguns anos atrás como padronização de inventário e ainda é usado por alguns municípios e Estados. Seu objetivo era:

registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe a gerar informação, para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta (BRASIL, 2011).

Objetivo este estabelecido pela Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR responsável pela elaboração inicial do SISTUR baseados nos estudos da Organização Mundial de Turismo - OMT. De forma sucinta, seu objetivo foi recolher informação para um resultado futuro. Quando se pensou nesta ferramenta para o turismo, a OMT conceituou importante:

[...] levantar, identificar, registrar divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outros itens e condições gerais que viabilizam a atividade turística (BRASIL, 2011).

Ou seja, o SISTUR tem como principal objetivo gerar informações por meio dos levantamentos de elementos que gerem um diagnóstico e posteriormente um prognóstico específico do local ou do atrativo turístico.

Ambos os inventários, tanto arquitetônico quanto turístico, foi possível identificar o uso de registros visuais e sua importância para o acompanhamento temporal do bem. Além de ser utilizado também para identificação do seu estado de uso. Entretanto, baseando-se nas leituras bibliográficas, pode-se entender que as técnicas utilizadas são diferentes, pois cada inventário utiliza desses registros para atividades distintas.

Os inventários arquitetônicos buscam sempre um registro onde possa ser possível visualizar não só o bem como um todo, mas os seus detalhes, a sua arquitetura, os materiais utilizados, entre outras especificidades. A imagem ilustrada tem do Inventário da obra de Athos Bulcão em Brasília ilustrada o revestimento das fachadas principais e posterior da Escola Classe. O intuito deste registro é levantar o tipo de azulejo utilizado relatando sua composição.

Figura 2: Revestimento da fachada principal e posterior da Escola Classe.



Foto: Ricardo Padue/Ana Cristina Menezes Palhas. **Fonte:** Inventário da obra de Atheros Bulcão de Brasília, 2020.

Já o processo de inventariação turística, busca em seus registros, o levantamento de uso. Melhor dizendo, busca identificar por meio do registro qual a sua utilidade. Como a ilustração do Cinema de Brasília, mais conhecido como Cine Brasília demonstra.

Figura 3: Cinema de Brasília



Fonte: área de cultural do site do Governo do Distrito Federal, 2020.

A imagem retrata o Cinema de Brasília tirada da área de registros a respeito da cultura. Ela tem como objetivo ilustrar em sua plataforma o seu uso e sua utilidade dentro do Distrito. Além de sua relação com o turismo, sendo um método de recreação e lazer aos turistas e residentes da região.

Enfim, ao estudar os inventários arquitetônicos e turísticos foi possível identificar a utilização do registro visual e identificar quais eram as diferenças entre a elaboração de ambas, com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento de análise na inventariação.

3.2. SISTEMATIZAÇÃO

Neste objetivo buscou-se sistematizar se há e quais são as principais características do registro visual na identificação do patrimônio cultural industrial e no inventário Turístico. Ou seja, estudar mais a fundo quais são as diferenças e técnicas utilizadas no registro visual de ambos os inventários.

Fundamentado nas leituras bibliográficas, é viável entender a diferenciação do método de registro de um inventário a outro por meio das noções de patrimônio e suas preocupações com a preservação da memória. A socióloga brasileira Maria Cecília Fonseca (2005, P. 37 *apud* LUCKOW, s/d) relatou a sua percepção diante a perda da memória histórica ao longo da Revolução e por isso sua importância de:

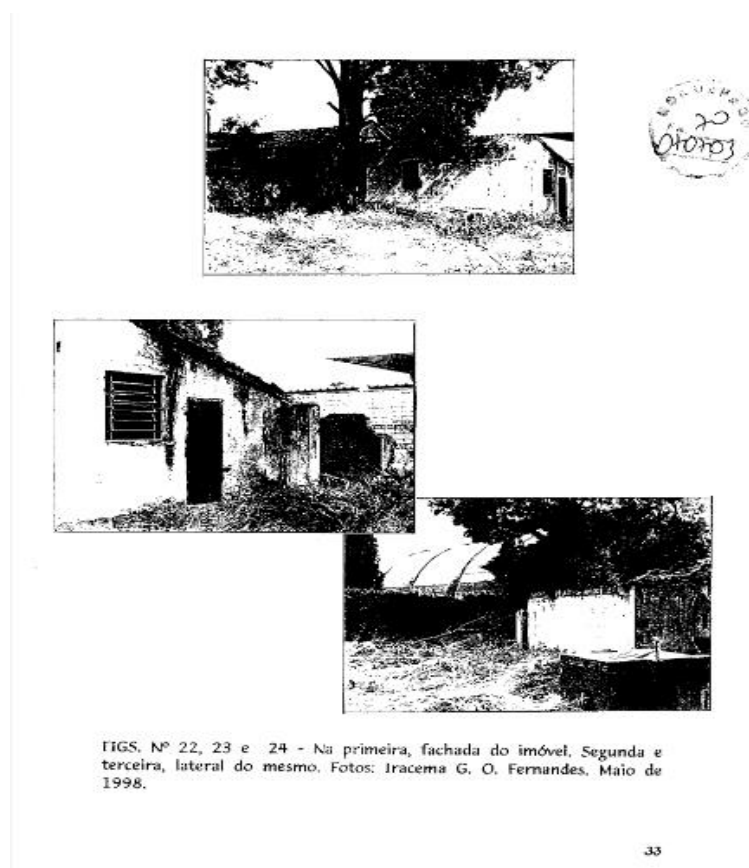
fundar museus, tombar monumentos, formar arquivos, enfim, criar os mais diversos e diferentes lugares de memória parece ser a urgência de todos os países, que perderam os meios de memória, isso porque, segundo Pierre Nora, [...] se habitassem ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares [...].

Fonseca ao se importar com as questões patrimoniais, refere-se a relevância de perda da memória histórica. Desta forma, consegue-se atrelar a utilização dos registros visuais nos inventários arquitetônicos de forma a entender que eles não têm como intuito só acompanhar a temporalidade e utilidade dos bens. Mas de através do direito de preservação, conseguir acompanhar a guarda, e a conservação da história de uma população. A Constituição Brasileira em seu art. 23 determina que o processo de tombamento para salvaguardar esses bens é:

competência da União, dos Estados, de Distrito Federal e Municípios: **III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural** (grifo nosso) (BRASIL, 1988).

Essas atividades de preservação ocorrem por meio de órgãos institucionais, como o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artísticos e Turísticos do Estado de São Paulo. Além desses, temos também o CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, onde realizou-se algumas entrevistas em busca de identificar a existência dos registros visuais nos processos de tombamento e quais princípios eram utilizados para a realização de tais registros. E através destas soube-se que os registros buscam sempre captar os detalhes da construção, detalhes temporais buscando sempre atrair a essência do bem para a ilustração. Abaixo, mostra-se uma página do processo de tombamento do Antigo Armazém da Fazenda Santa Genebra. Os registros apresentados foram escaneados, desta maneira, a visualização deles se torna dificultosa. Mas não deixa de perder o seu princípio de apresentar os detalhes dos bens, de seu uso, e demonstração temporal.

Figura 4: Página 33 do processo de tombamento do Antigo Armazém da Fazenda Santa Genebra.



Fonte: Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, 2019.

Ao analisar os registros expostos, podemos observar identificando o excesso e tamanho do mato ilustrado na imagem que o bem encontra-se abandonado. Outra questão a se analisar são os lodos encontrados na parede e no telhado da casa. Como já mencionado anteriormente, a visualização do bem é dificultado pela forma que ele foi anexado ao processo de tombamento. Mas tecnicamente falando, pode-se perceber que na ilustração, as partes mais escuras, são as partes que mais captaram luz do no sol no momento de seu registro. E por meio da experiência e do conhecimento adquirido ao longo da pesquisa, pode-se entender que as partes mais escuras, são, ou lodo como já descrito, ou rachaduras, ou pichações, entre outras coisas. Agora, os registros visuais para a inventariação turística possuem de uma conceituação um pouco distinta. Na entrevista com Eros Vizel, pode-se entender que a utilização dos registros não é só para o inventário. Os mesmos registros inventariados, são os mesmos utilizados para a promoção turística da cidade de Campinas. Ou seja, o objetivo dela é ilustrar o bem em geral, sem um foco específico. Os fotógrafos profissionais do Departamento de Comunicação - DECON, auxiliares na elaboração desses registros, seguem como orientação captar por meio da imagem um campo de visualização sem muita poluição (fios, postes, carros, entre outros objetos na área do registro). Na figura ilustrada é possível a identificação da ausência de fiação, postes, carros, pessoas passando, entre outros. Aspectos que foram documentados acima e que é levado em consideração ao registrar um atrativo com propósito turístico. O registro da escola de Cadetes, por exemplo, é a perfeita ilustração de divulgação e promoção turística. Ela tem a sua própria estética, sua composição entre um céu limpo e azul, com a beleza natural ao entorno do foco principal (escola), trazendo ao registro uma sensação de leveza e beleza do local e do campo de visão de uma pessoa em relação ao seu redor.

Na fotografia, tecnicamente falando, é trabalhado com um instrumento de divisão de tela. Onde ela pode ser dividida em 4 ou 6 campos de visão. E normalmente aquilo que é foco do registro costuma aparecer entre os campos no meio. O registro da Escola de Cadetes é um registro de posição horizontal. Desta maneira, seria utilizado uma divisão de 6 campos de visão. Esses campos de visão são divididos como quadrados, podendo então considerar que nesse registro contaríamos com 9 quadrados. E imageticamente, o foco do registro (arquitetura da escola) está na segunda fileira, no segundo quadrado contando de cima para baixo. Sendo ele, considerado o centro da imagem.

O restante, é considerado a composição do registro como campo de visão aos olhos humanos. Ou seja, uma composição chamativa, bela, atrativa e harmônica. A sensação de tranquilidade e clareza que os registros compostos horizontalmente costumam buscar no momento do registro.

Figura 5: Escola de Cadetes, Campinas.



Fonte: Banco de imagens da Secretaria do Estado de São Paulo, 2020.

Como demonstrado através das imagens acima, pode-se perceber que os inventários arquitetônicos ao contrário dos inventários turísticos não levam em consideração tanto a estética, pois o princípio da imagem é captar a essência do bem e conseguir identificar detalhes e uso temporal dela. Já as imagens dos atrativos turísticos e especificamente da cidade de Campinas, é utilizado o mesmo registro para divulgação e promoção do atrativo como para inventariar, até mesmo pela ausência de um profissional para a realização dos registros apenas para inventariação turística. Deste modo, além do registro ilustrar o bem e seu uso, ele busca esteticamente ter um campo de visão limpo.

3.3 COMPARAÇÃO E ANÁLISE

Nesta ocasião, buscou-se comparar e analisar a contribuição do registro visual nas atividades de inventário arquitetônico e inventário turístico.

Em escala comparativa, sabe-se por meio das leituras bibliográficas e dados complementares que os registros elaborados para os inventários arquitetônicos têm como objetividade captar os pequenos detalhes de uma determinada estrutura a fim de relacioná-la com o seu contexto histórico e assim preservá-la. Enquanto aos inventários turísticos o registro visual é empregado para a identificação do uso do espaço territorial e a sua contribuição para a atividade turística. Além disso, a utilização de registros visuais para a inventariação arquitetônica é mais vista dentro dos documentos. Em contrapartida, os registros produzidos para os inventários turísticos nem sempre são vistos, já que muitos dos municípios/estados

utilizam de acervos e/ou plataformas distintas para o arquivamento de registros visuais. Contudo, vê-se de ambas as atividades a contribuição do registro visual de forma complementar e de acompanhamento visual dos bens a atrativos turísticos, os dois com suas distintas significações para tais documentos.

Países do exterior discutiam e lutavam por ações que fizessem do turismo uma atividade menos destrutiva. Choay (2006) observa que alguns bens históricos da arquitetura clássica sofreram diversas degradações ou até mesmo foram destruídos pela interferência humana por meio das atividades turísticas e para que o ambiente pudesse se modernizar de acordo com as mudanças mundiais. E mesmo que fossem protegidas, já, nesta época, muitas das cidades históricas eram utilizadas para recursos econômicos.

Desde então, a reapropriação e a valorização da cidade antiga tornaram-se a ladainha do concerto patrimonial das nações [...] São casos não comparáveis aos das grandes e pequenas cidades, das economicamente prósperas e das cidades em crise, de todos os intermediários entre aquelas cujo patrimônio não passa de um elemento de prestígio e outras em que ele constitui seu principal recurso. São intervenções de natureza diversa, às vezes conflituosas (CHOAY, 2006, p.223).

As cidades históricas passaram a destinarem-se a fins econômicos. E assim eram beneficiadas pelo seu status de patrimônio. Fator que é possível identificar também no ano de 1973, quando houve uma ação entre a Embratur e o Iphan criando o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Essa ação conjunta teve como objetivo naquela época a conservação e a restauração do acervo cultural para a utilização economicamente viável dos bens e materiais ali encontrados, segundo Aguiar (2016, p.140). Acreditava ele que com a restauração desses bens culturais, seria possível captar um maior investimento e melhor valoração as pequenas cidades da região Nordestina. Isto é, enquanto um órgão lutava pela restauração e proteção dos bens. Em conjunto a isso, aproveitava-se das potencialidades ali encontradas para a promoção do turismo cultural. Além do mais, o Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, evidencia em seu Art. 1º que “todas as atividades ligadas à indústria do turismo sejam originárias de setor privado ou público, isolados ou coordenadas entre si, **desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país**” (grifo nosso) (BRASÍLIA, 1966). Como também ocorreu nas leis nº 8.181 e nº 14.002 de revogação nos anos de 1991 e 2020.

E assim mesmo, em 1977, foi constituída a lei nº 6.513, cuja, teve como propósito atrelar legalmente a preservação dos bens culturais brasileiros com suas respectivas potencialidades enquanto atrativo turístico (AGUIAR, p.142, 2016). Pode-se pensar que ambos se interligam em uma atividade em prol da conservação e preservação do espaço de modo efetivo. Ao mesmo

tempo em que o inventário arquitetônico contribui para que determinado bem se mantenha preservado numa estrutura original ou idêntica, simultaneamente, o inventário turístico registra o mesmo bem com sua específica finalidade objetivando e promovendo o turismo cultural.

Mesmo que, dentre todos os processos analisados, tecnicamente falando, todos os registros encontrados, foram identificados apenas dois edifícios que sejam considerados adequados para a promoção do Turismo e as atividades turísticas no site da Secretaria de Turismo de São Paulo - como ilustrado na figura 6 e 7 abaixo.

Quando é dito “adequado”, está sendo referido aos bens que atualmente são utilizados de alguma maneira para alguma atividade, quando o bem ainda está em uso, mesmo que ainda esteja em processo de tombamento. Como por exemplo o Complexo Ferroviário FEPASA, que hoje já é considerado um bem tombado e algumas partes de toda a sua área vem sendo utilizada para eventos culturais, cursos e até mesmo órgãos públicos. Um exemplo disto é o próprio Condepacc, sede que é localizada dentro do Complexo.

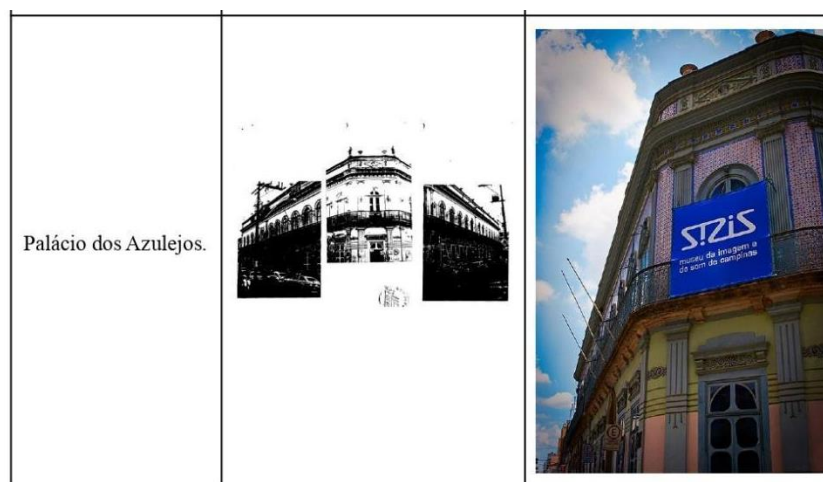
Seguindo a mesma linha de raciocínio discutida acima com a Escola de Cadetes, é possível analisar nos registros a seguir que ambos os registros (complexo FEPASA e Palacio dos Azulejos), independente de ser uma composição horizontal ou vertical, tem como maior foco o prédio. São registros que em todo seu enquadramento apresenta o prédio, ilustrando assim o que é importante para aquele registro. E novamente, contrapõe com um céu limpo, e uma harmonia entre as cores e o campo de visão aos olhos nus que traz leveza, clareza e tranquilidade a um registro.

Direcionar o assunto “entrando na direita para esquerda, da esquerda para a direita, ou de cima para baixo” no registro faz com que os olhos acompanhem o sentido progressivo da leitura. Por exemplo, o complexo FEPASA, fazendo a leitura da esquerda para direita, ou da direita para esquerda, o sentido progressivo levará de qualquer forma para o assunto principal da imagem, que é o prédio. Características que agregam valor ao bem documentado.

Figura 6: Complexo Ferroviário FEPASA.



Fonte: Processos, sites, 2021.

Figura 7: Palácio dos azulejos.

Fonte: Processos, sites, 2021.

É relevante considerar a ausência que o registro tem tido dentro dos inventários turísticos. Ao analisar e estudar sobre, identificou-se o difícil acesso a imagens que pudesse auxiliar na comparação entre registros de inventários arquitetônicos e inventários turísticos, pois além dos estados e municípios estarem elaborando seus próprios acervos de imagens para seus próprios inventários, eles também vêm sendo modelos politicamente econômicos. Buscam por trás destes uma atividade economicamente competitiva. Logo, ao analisar essas duas formas distintas de registrar, se entende a diferenciação por questões de fundamentos sobre aquela imagem produzida.

O inventário arquitetônico vem mostrando seu interesse pelos registros para acompanhamento temporal, útil do bem, seus detalhes estruturais, entre outros, ademais da inserção cultural que vem crescendo entre o “mundo” da preservação. Como, ao registrar o bem ilustrado, teve como intuito demonstrar o estado de conservação, suas características tipológicas e a sua utilidade, já que ele faz parte do Complexo Ferroviário Central FEPASA, atualmente mais conhecido como Estação Cultura.

A composição de imagem tem como objetivo alcançar um efeito emocional, passar um clima e quebrar a monotonia. Compor não é apenas mostrar imagens bonitas, e sim fazer com que o espectador fixe a sua atenção nos pontos de interesse do assunto, esse interesse pode estar no primeiro plano, no meio ou atrás.

Figura 8: Armazém da Antiga Estação Ferroviária de Campinas localizado dentro do Complexo Ferroviário Central da FEPASA.



Fonte: Autoria própria, 2019.

A ilustração do armazém é um grande exemplo disso. Pois o intuito dela não é mostrar a beleza do edifício, mas sim poder ilustrar no primeiro plano, no meio e ao fundo a qualidade temporal e suas condições arquitetônicas modificadas ao longo do tempo. Independe se no campo de visão existem interferências (pessoas e postes). O objetivo no registro de composição horizontal foi levar os olhos do espectador para a demonstração de uso do bem. E mesmo que ele não esteja focalizado em uma única área ou campo arquitetônico do bem, é possível analisar o seu uso, a sua estrutura e sua qualidade arquitetônica. Características essas que até auxiliam na identificação do bem e da área analisada.

Em contrapartida, o inventário turístico busca simplesmente ter o registro, por exigência dos órgãos institucionais superiores, para ratificar o interesse turístico, inclusão em produtos e posterior promoção. Ou seja, ao longo do período estudado, o registro visual mostrou-se uma ferramenta significativa tanto para o inventário turístico, quanto para o processo de tombamento ou mesmo o inventário arquitetônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se nos dados e na bibliografia lida, foi proposto ao início deste projeto como conclusão apresentar respostas para as seguintes perguntas: para que e por que o uso do registro visual? Será que o registro visual é valorizado? Se sim, por quem? Sendo ele valorizado por alguém, ele é utilizado? De que forma? Como tratá-los corretamente num inventário turístico, particularmente, através do registro visual?

Diante destes questionamentos, foi possível compreender que a inserção do registro visual nos inventários turísticos e arquitetônico surgiu para que fosse possível acompanhar a temporalidade histórica e estrutural de um determinado bem dentro de uma logística de coleta de dados, e a divulgação e promoção deles. Especificamente, o registro visual é a única ferramenta em que possibilita captar características estéticas e técnicas, criteriosamente sendo uma ferramenta de atividade visual, independentemente de sua finalidade.

Por mais que essa ferramenta ainda venha sendo utilizada como método auxiliar de inventariação de bens, há uma inadequação no modo de utilização dessa ferramenta. Ao entrevistar a arquiteta urbanista Sandra Maria Geraldi Milne-Watson, uma das técnicas do Condepacc percebeu-se que os registros visuais são de:

diversos, diversas pessoas. Por exemplo, quando é a iniciativa de uma pessoa, um cidadão, né?! De fora da prefeitura de pedir o tombamento, ele ou um grupo, uma instituição. Então eles tomam a iniciativa de mandar o registro fotográfico daqueles imóveis (Milne-Watson, 2019).

Contudo, o registro visual se tornou uma atividade muito importante para órgãos de proteção, quando o intuito dele é a averiguação do estado do bem. Neste caso, buscava-se que fosse utilizado de trabalhos profissionais da área para tal, como por exemplo comentado na entrevista a existência de funcionários da prefeitura que faziam estas atividades no final dos anos 80 e 90. Mas nessa mesma entrevista a técnica Milne-Watson diz ter ocorrido a perda desses profissionais com o passar dos tempos e que por questões políticas não houve mais reposições e/ou contratações deles. Aspecto esse que podemos entender ao analisar a queda na quantidade de registros visuais encontradas nos processos de tombamento com o início do século XXI. Mas, mesmo assim, no caso do processo de tombamento, quando os registros não são de profissionais, eles ainda são utilizados. Pois, os registros serão de auxílio para o desenvolvimento do processo de tombamento.

De forma que se mantivesse essa atividade de registrar ativa, como contribuição nos inventários e processos de tombamento. Em mais uma entrevista com o historiador do Condepacc Henrique Anunziata é dito que, por conta da falta de um profissional para tal atividade, eles fazem os registros quando necessários. Em relação a esta questão, o conhecimento acadêmico e profissional na área faz com que os técnicos se baseiam em algo específico para os registros. Como “detalhes da construção [...] um tipo de argamassa, um tipo de pintura, um tipo de elemento [...] (pois) a construção tá marcada no tempo, o que ficou de material do tempo” (Anunziata, 2019). Além da vontade dos próprios técnicos do Condepacc em manter essa ferramenta de auxílio dentro do inventário.

Em concordância com o entrevistado Anunziata, pode-se considerar de extrema utilidade os registros realizados por pessoas que não são profissionais na área. Entretanto, não é recomendado e nem o mais correto a se fazer. O registro visual não é só uma forma visual de ilustração de um edifício ou bem para a identificação de sua existência ou uso. A ferramenta de registro é funcional, é utilizada para documentar. Mais especificamente nos processos de tombamento, que não foi encontrado um profissional para atividade, é necessário o mínimo de conhecimento fotográfico para a melhor captação do objetivo esperado. Saber a necessidade de um enquadramento, a utilização da câmera em vertical ou horizontal de acordo com o seu objetivo para o registro. A escolha de um registro mais aberto ou mais fechado (campo de visão). Como por exemplo, a utilização da profundidade de campo.

Se tratando de registros documentais, e com um proposito arquitetônico. O objetivo do registro é captar aquilo que estiver mais próximo. Ou seja, não é necessário a profundidade de campo, pois o seu campo de visão precisa ser mais fechado e com um único foco em específico.

Desta maneira, percebe-se a valoração em que foi dada para a atividade de registrar algo para coleta de dados em um inventário. Não só pelo órgão aqui comentado. Mas como muitas outras instituições de proteção que ainda utilizam desta ferramenta dentro dos inventários, como por exemplo, o IPHAN, CONDEPHAAT, entre outros.

Relacionado ao uso da fotografia pelos órgãos de turismo, tem-se os dados adquiridos por meio das entrevistas com os técnicos do Departamento de Turismo, no qual afirmam a utilização dela. Contudo o órgão recebe auxílio de profissionais do departamento de comunicação. Este auxílio contribui para a elaboração de um registro geral, ou seja, a mesma imagem utilizada para o inventário turístico que tem como objetivo “apresentar (o determinado

bem) nas suas diversas fases” é utilizada para a divulgação dos atrativos, que caracteristicamente é uma imagem estética. Sendo assim, compreende-se que a utilização de um profissional contribui para uma melhor qualidade de imagem, já que a mesma dentro da Secretaria de Turismo vem sendo utilizada para distintos objetivos.

A composição fotográfica é a ordem dos elementos, do primeiro plano e dos motivos secundários, é também a qualidade estética que inclui textura, equilíbrio de cores e formas entre outras variáveis que combinadas formam uma imagem comunicativa e agradável de se ver. A composição fotográfica nada mais é que a organização dos elementos de forma harmoniosa dentro da área a ser fotografada (enquadramento), levando em conta diversos fatores, como por exemplo a textura, o contraste, a profundidade de campo de acordo com o objetivo de seu registro, a posição dos elementos de acordo com o seu foco, o plano de enquadramento (a busca pelo objetivo principal com foco do registro), entre outros. Características essas que são necessárias para construir uma imagem estética e que possa ser utilizada para a promoção do produto turístico.

Por essas questões mencionadas que se faz necessário um profissional na área da fotografia. Todo profissional tem seu próprio conhecimento e diante disso é sentida a ausência de técnicas ou até mesmo a presença delas em fotografias com distintas finalidades.

Ao longo das leituras, as quais buscou-se entender a respeito da Educação Patrimonial - IPHAN; Inventariação Turística, entre outros temas que foi possível desfrutar por meio de dados do IPHAN, do Ministério dos Transportes - PRESERFE, entre outros órgãos institucionais e autores, especificamente falando dos inventários turísticos, teve-se a dificuldade de encontrar modelos de inventários e documentos que discutisse a inserção do registro visual.

À vista disso foi possível constatar que ao longo dos anos os documentos moldados para a coleta de dados com o objetivo do levantamento de atrativos turísticos de uma localidade se tornaram econômicos, deixando desta forma a necessidade da inserção do registro visual oculta nos documentos.

Além de todos os questionamentos expostos. Não se sabe também se a ausência dos registros visuais de todos os bens no banco de imagem da Secretaria de Turismo de São Paulo se deu pela escolha dos técnicos do Departamento de Turismo de Campinas ou pela escolha do responsável pela plataforma da Secretaria de Turismo de São Paulo devido a péssima estruturação e degradação de alguns bens ou por não serem significativos para a promoção

turística. Já que todos os bens apresentados na pesquisa trazem um grande contexto histórico do surgimento e crescimento da cidade de Campinas.

Conclui-se então, que o registro visual ainda vem sendo utilizado, mas de formas diferentes e significativas por cada órgão municipal (de preservação e de turismo). Para o inventário arquitetônico e os processos de tombamento, o profissional precisa buscar pela qualidade de foco dentro da divisão imagética do campo de visão, e principalmente especificar o enquadramento, buscando assim trazer em seu registro os aspectos necessários para a identificação arquitetônica de materiais utilizados, tempo de uso do bem, tempo de degradação, entre outros. E para o inventário turístico e demais plataformas de promoção e divulgação turística, é de suma importância não só o foco no bem ou edifício a se mostrar o uso, mas sim a composição ao seu redor. Pois o registro precisa ter uma composição harmoniosa e clara. Nesse caso, é necessário trabalhar com um campo de visão maior e com uma profundidade de campo mais aberta, para que assim possa ser captado uma área maior do espaço de uso.

Ao ver a fotografia e suas técnicas das formas relatadas acima, percebe-se o seu valor e seu diferente método de utilização em cada local, sendo um dos motivos, a ausência ou presença de auxílio que cada órgão recebe do estado. Além de, mesmo estando oculto aos documentos, vem sendo uma ferramenta de auxílio na divulgação por outros órgãos (Secretaria de Turismo de São Paulo) e na descrição do tempo de cada bem, relacionado a sua estrutura, aos seus cuidados e às suas modificações devido à própria natureza.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. B. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. 137–149, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

BRASIL. **Decreto nº14.002 de 22 de maio de 2020. Diário Oficial da União** - Seção 1 - 25/05/2020, Página 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14002.htm#art36>.

BRASIL. **Decreto nº21 de novembro de 1958. Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/11/1958, Página 24813. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto nº55 de 18 de novembro de 1966. Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/11/1966, Página 13416. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0055.htm>.

BRASIL. **Decreto nº8.181 de 28 de março de 1991. Diário Oficial da União** - Seção 1 - 1/04/1991, Página 5765. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8181.htm#art16>.

BRASIL. **Lei nº6.513, de 20 de dezembro de 1977.** 156º da Independência e 89º da República. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/1977, Página 17777. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/>.

BRASÍLIA, Prefeitura de. **Cultura.** Disponível em: <<http://www.brasilia.df.gov.br/cultura/>>
Acesso em: 28 de setembro de 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio/Françoise Choay:** tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CICATUR. **Descripción y análisis de la oferta de atractivos turísticos de la comuna.** Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/katuruz/metodologia-cicatur>> Acesso em: 04 de julho de 2020.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação.** Brasília: Iphan, 2016.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC-IPHAN, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

GRIECO, Bettina Zellner. **Entrevista com Erich Joachim Hess.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2013.

IPHAN. Educação Patrimonial: **Manual de aplicação: Programa Mais Educação/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

LUCAS, Cristiane Gonçalves. **Arquitetura ferroviária: materiais e técnicas construtivas do patrimônio edificado do século XIX no Rio de Janeiro.** 2010. 226f. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORAIS, Sérgio S. **Reconstrução da rotunda de São João Del Rei.** Rio de Janeiro: RFFSA, 1987.

MORAIS, Sérgio Santos. **Manual de preservação de edificações ferroviárias antigas.** Rio de Janeiro: CONFEA/RFFSA, 1991.

PINTO, D. B.; MOESCH, M. M. Inventariação Turística: por um modelo de superação metodológica. **Anais do IV SeminTUR–Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, p. 7-8, 2006.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende. **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Iphan Ministério Da Cultura Governo Federal, 1998.

RABELLO, S. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SOUZA, João Márcio Dias de. **Tipologias arquitetônicas nas estações da Estrada de Ferro Sorocabana**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-27042016-143528/>>.

APÊNDICE

A. Roteiro de Entrevistas para funcionário da Prefeitura e Condepacc**ROTEIRO DE ENTREVISTA E AUTORIZAÇÃO****Introdução**

Primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade para a realização da entrevista. Meu nome _____ é

_____ sou estudante da _____ e integrante do Projeto Memória Ferroviária (PMF).

Importância da sua participação

O objetivo deste trabalho é analisar e identificar como você, um dos técnicos responsáveis pela produção dos registros fotográficos dos bens tombados de Campinas, percebe a relevância de determinadas características técnicas de um determinado bem industrial no momento de registro. É importante mencionar que sua contribuição irá auxiliar no desenvolvimento dessa pesquisa relacionado _____ a

_____ (objetivo da pesquisa).

Como será sua participação no projeto

Sua participação nesse projeto levará em média _____ minutos de entrevista comigo hoje _____/_____/_____ (data).

Início: _____ **Término:** _____

Protocolo

O(A) sr. (a) concorda com a gravação da entrevista? Sim [] Não []

O(A) sr. (a) permite que seu nome seja identificado? Sim [] Não []

QUESTÕES

1. Qual o nome do(a) sr. (a)? Qual sua idade?
2. O(a) sr. (a) reside em Campinas? Há quanto tempo?
3. Qual sua profissão?
4. Em que área o sr. (a) atua e qual a sua atividade dentro da Prefeitura de Campinas?
5. Existe registro fotográfico no inventário turístico da Cidade de Campinas? Por que não?
6. Quem fez esses registros? Os registros são feitos por profissionais? Por que não? E quem faz isso atualmente?
7. Como que eles são feitos? Tem características específicas, ou técnicas. Como por exemplo iluminação, enquadramento, foco, profundidade de campo etc.?
8. Esses registros são atualizados com o passar do tempo para a atualização do inventário turístico (para mostrar se houve mudanças, degradação ou algo do tipo)?
9. Onde se pode encontrar esses registros além do próprio inventário? Existe algum acervo fotográfico?
10. No geral, o(a) sr. (a) gostaria de fazer alguma consideração sobre a forma como é tratada a implantação dos registros visuais no inventário turístico da cidade de Campinas?
11. Como o (a) sr. (a) imagina que serão esses feitos registros nos próximos anos? Ainda existirá alguém que os faça?

PERGUNTAS SOBRE O USO DO REGISTRO FOTOGRÁFICO, E SUA IMPLANTAÇÃO NO INVENTÁRIO TURÍSTICO DA CIDADE DE CAMPINAS.

QUESTÕES

1. Qual o nome do(a) sr. (a)? Qual sua idade?
2. O(a) sr. (a) reside em Campinas? Há quanto tempo?
3. Qual sua profissão?
4. Em que área o sr. (a) atua e qual a sua atividade dentro do Condepacc?
5. Existe registro fotográfico no processo de tombamento dos bens industriais? Por que não?
6. Quem fez esses registros? Os registros são feitos por profissionais? Por que não? E quem faz eles atualmente?
7. Como que eles são feitos? Tem características específicas, como por exemplo iluminação, enquadramento, foco, profundidade de campo, etc.?
8. Esses registros são atualizados com o passar do tempo nos processos de tombamento (para mostrar se obteve apropriação, degradação, demolição, entre outros)?
9. Onde se pode encontrar esses registros além do próprio processo? Existe algum acervo fotográfico?
10. No geral, o(a) sr. (a) gostaria de fazer alguma consideração sobre a forma como é tratada a questão dos registros visuais nos processos dos bens industriais?
11. Como o (a) sr. (a) imagina que será esses registros nos próximos anos? Ainda existirá alguém que os faça?

PERGUNTAS SOBRE O USO DO REGISTRO FOTOGRÁFICO, E SUA IMPLANTAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DOS BENS INDUSTRIAIS.

TERMO DE CESSÃO DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, Eros Vigel
 (CEDENTE) cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo à UNESP –
 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a(o) pesquisador(a)
Shaij Bassichetto Buada a totalidade dos seus direitos de
 autor sobre o depoimento oral prestado no dia 18 de dezembro de 2019, na cidade
 de Campinas.

O pesquisador Shaij Bassichetto Buada integra o projeto Memória
 Ferroviária, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
 e coordenado pelo Dr. Eduardo Romero de Oliveira (professor da Universidade Estadual Paulista –
 UNESP “Júlio de Mesquita Filho”), cuja sede está localizada na Av. dos Barrageiros, 1881 -
 Primavera, Rosana - SP, 19273-000, telefone: (18) 3284-9600.

Ficam, portanto, a Universidade Estadual Paulista e o(a) pesquisador(a)
Shaij Bassichetto Buada consequentemente autorizados a
 utilizar divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, completo
 ou parcial, editado ou não, bem como permitir o acesso a terceiros ao mesmo desde que para fins
 acadêmicos, no Brasil e/ou no exterior. O pesquisador, por sua vez, se compromete a zelar pela
 integridade e utilizar indicações de fonte de autor.

Local e data: Campinas, 18, de dezembro de 2019.

Eros Vigel
 ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Shaij Bassichetto Buada

ASSINATURA DO ENTREVISTADOR

Contato: (11) 97056-2044 ou thabassichetto@gmail.com

TERMO DE CLASSÃO DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, Davi Martins
 (CEDENTE) cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo à UNESP –
 Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e a(o) pesquisador(a)
Shays Bassichetto Buato a totalidade dos seus direitos de
 autor sobre o depoimento oral prestado no dia 18 de dezembro de 2019, na cidade
 de Campinas.

O pesquisador Shays Bassichetto Buato integra o projeto Memória
 Ferroviária, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
 e coordenado pelo Dr. Eduardo Romero de Oliveira (professor da Universidade Estadual Paulista –
 UNESP "Júlio de Mesquita Filho"), cuja sede está localizada na Av. dos Barrageiros, 1881 -
 Primavera, Rosana - SP, 19273-000, telefone: (18) 3284-9600.

Ficam, portanto, a Universidade Estadual Paulista e o(a) pesquisador(a)
Shays Bassichetto Buato consequentemente autorizados a
 utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, completo
 ou parcial, editado ou não, bem como permitir o acesso a terceiros ao mesmo desde que para fins
 acadêmicos, no Brasil e/ou no exterior. O pesquisador, por sua vez, se compromete a zelar pela
 integridade e utilizar indicações de fonte de autor.

Local e data: Campinas, 18 de dezembro de 2019.

Davi Martins

ASSINATURA DO ENTREVISTADO

Shays Bassichetto Buato

ASSINATURA DO ENTREVISTADOR

Contato: (11) 97056-2044 ou thabassichetto@gmail.com

TERMO DE CESSÃO DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, Landia Maria Geraldi Milne-Watson (CEDENTE) cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo à UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a(o) pesquisador(a) Thais Bassichetto Bezada a totalidade dos seus direitos de autor sobre o depoimento oral prestado no dia 27 de agosto de 2019, na cidade de Campinas.

O pesquisador Thais Bassichetto Bezada integra o projeto Memória Ferroviária, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e coordenado pelo Dr. Eduardo Romero de Oliveira (professor da Universidade Estadual Paulista – UNESP “Júlio de Mesquita Filho”), cuja sede está localizada na Av. dos Barrageiros, 1881 - Primavera, Rosana - SP, 19273-000, telefone: (18) 3284-9600.

Ficam, portanto, a Universidade Estadual Paulista e o(a) pesquisador(a) Thais Bassichetto Bezada conseqüentemente autorizados a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, completo ou parcial, editado ou não, bem como permitir o acesso a terceiros ao mesmo desde que para fins acadêmicos, no Brasil e/ou no exterior. O pesquisador, por sua vez, se compromete a zelar pela integridade e utilizar indicações de fonte de autor.

Local e data: Campinas, 27 de agosto de 2019.



 ASSINATURA DO ENTREVISTADO



 ASSINATURA DO ENTREVISTADOR

Contato: (11) 97056-2044 ou thabassichetto@gmail.com

TERMO DE CESSÃO DE DEPOIMENTO ORAL.

Pelo presente documento, Antônio Henrique Felice Anunziata
 (CEDENTE) cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo à UNESP –
 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a(o) pesquisador(a)
Thays Bassichetto Buata a totalidade dos seus direitos de
 autor sobre o depoimento oral prestado no dia 27 de agosto de 2019, na cidade
 de Campinas.

O pesquisador Thays Bassichetto Buata integra o projeto Memória
 Ferroviária, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
 e coordenado pelo Dr. Eduardo Romero de Oliveira (professor da Universidade Estadual Paulista
 – UNESP “Júlio de Mesquita Filho”), cuja sede está localizada na Av. dos Barrageiros, 1881 -
 Primavera, Rosana - SP, 19273-000, telefone: (18) 3284-9600.

Ficam, portanto, a Universidade Estadual Paulista e o(a) pesquisador(a)
Thays Bassichetto Buata conseqüentemente autorizados a
 utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, completo
 ou parcial, editado ou não, bem como permitir o acesso a terceiros ao mesmo desde que para fins
 acadêmicos, no Brasil e/ou no exterior. O pesquisador, por sua vez, se compromete a zelar pela
 integridade e utilizar indicações de fonte de autor.

Local e data: Campinas, 27 de agosto de 2019.





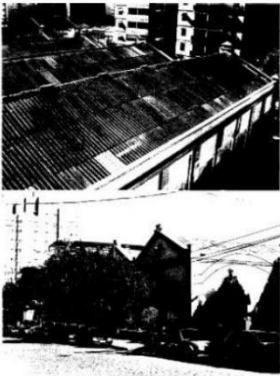
 ASSINATURA DO ENTREVISTADO

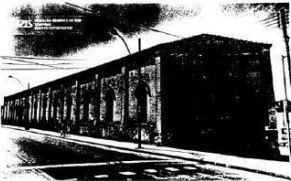



Thays Bassichetto Buata

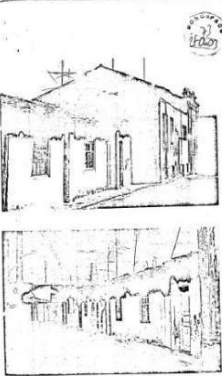

 ASSINATURA DO ENTREVISTADOR


Contato: (11) 97056-2044 ou thabassichetto@gmail.com






B. Ficha de Análise e Identificação das Fotografias



Identificação e Análise das Fotografias		
Nome dos Bens Industriais	Processos de tombamento	Secretaria de Turismo de São Paulo
Palácio dos Azulejos.		
Antiga Fábrica Godoy.		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>

<p>Lidgerwood Manufacturing.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Complexo Ferroviário FEPASA.</p>		
<p>Casa Grande e Tulha.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>

<p>Vila Manoel Dias e Manoel Freire.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Ponte Metálica sobre o rio Atibaia.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>

<p>Palácio da Mogiana.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Fábrica Chapéus Cury.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Ramal Férreo de Souza.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Complexo Ferroviário Mogiana.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>

<p>Ferrovia do bairro Ponte Preta.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Conjunto Arquitetônico da Vila Industrial.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Percurso do leito ferroviário Mogiana e Vila Operária dos ferroviários.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Curtume Cantuseo.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Conjunto de Imóveis Remanescentes Indústria de Seda Nacional e Chaminé Remanescentes da Indústria de Seda Nacional. ***</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>

<p>Conjunto de Imóveis Alferes Raimundo.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>
<p>Subestação Lix da Cunha.</p>		<p>Não encontra-se no banco de imagens da Secretaria de Turismo de São Paulo.</p>